

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Carlos Eduardo Millen Grosso

**PODERIAM VIVER JUNTOS?**

Identidade e visão de mundo em grupos populares na Porto Alegre da  
virada do século XIX (1890-1909)

**ORIENTADOR: DR. CHARLES MONTEIRO**

Porto Alegre

2007

**CARLOS EDUARDO MILLEN GROSSO**

**PODERIAM VIVER JUNTOS?**

Identidade e visão de mundo em grupos populares na Porto Alegre da  
virada do século XIX (1890-1909)

**ORIENTADOR: DR. CHARLES MONTEIRO**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA COMO REQUISITO  
PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE PELO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
PELA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO  
RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE

2007

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G878p Grosso, Carlos Eduardo Millen

Poderiam viver juntos? Identidade e visão de mundo em grupos populares na Porto Alegre da virada do século XIX (1890-1909). / Carlos Eduardo Millen Grosso. – Porto Alegre, 2007.

118 f.

Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS.

Orientação: Prof. Dr. Charles Monteiro.

1. Violência (Sociologia). 2. Sociologia Urbana.  
3. Criminalidade. 4. Processos Criminais.  
5. Controle Social. I. Título.

**CDD 301.633**

Ficha elaborada pela bibliotecária Cíntia Borges Greff CRB 10/1437

**CARLOS EDUARDO MILLEN GROSSO**

**PODERIAM VIVER JUNTOS?**

Identidade e visão de mundo em grupos populares na Porto Alegre da  
virada do século XIX (1890-1909)

DISSERTAÇÃO APRESENTADA COMO REQUISITO  
PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE PELO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
PELA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO  
RIO GRANDE DO SUL

Aprovada em 31 de julho de 2007.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Charles Monteiro – PUCRS (*orientador*)  
Prof. Dr. René E. Gertz – PUCRS  
Profa. Dra. Sandra Jatay Pesavento – UFRGS

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPq pela ajuda financeira, que possibilitou minha dedicação exclusiva ao exercício desta pesquisa.

Ao pessoal do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), onde realizei a pesquisa, sem eles o meu trabalho como pesquisador simplesmente não existiria. Em especial, à Márcia Rocha do setor de pesquisa histórica.

Ao Charles Monteiro, pelo constante incentivo, através da orientação cuidadosa e da crítica apurada.

Aos professores René Gertz e Titã, pelo estímulo intelectual que me concederam e o muito que me ensinaram.

Aos funcionários do Curso de Pós-graduação em História, Carla Helena e Davi Diniz, pelo profissionalismo.

Ao pessoal do "Riozinho" e do "Sufocos" que, mesmo sem saber, me ajudou a esquecer por alguns minutos a pesquisa.

Aos amigos que fizeram parte dessa dissertação me apoiando desde a graduação, com muita paciência e compreensão: Patrícia e Guilherme.

Agradeço à Vó Albaneza e ao Vô João pela insistente pergunta: – Falta muito pra terminar teu trabalho? Bem, o que dizer? Acho que sim...

Aos meus pais, irmão e sogros que ao longo das dificuldades sempre me incentivaram a continuar.

Por fim, o mais difícil, agradecer à Ísis. Sem ela, com certeza, tudo seria muito mais complicado. É preciso dizer que mais do que uma dedicatória, e descontados os deméritos deste trabalho, ela merece mesmo é uma espécie de co-autoria.

O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estamos juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço.

**Ítalo Calvino**

## **RESUMO**

Este é um estudo sobre a construção social da criminalidade na cidade de Porto Alegre, entre 1890 e 1909. Neste sentido, a pesquisa busca explorar as relações entre criminalidade e variáveis como sexo, idade, profissão, procedência, tipos de crime a partir da análise de processos criminais. Relacionando o desenvolvimento urbano com a criminalidade, pretendo apontar algumas tendências criminais em vista do esforço governamental e de alguns setores sociais em impor uma ordem ao espaço urbano. Isso significa tratar a criminalidade como um fenômeno social em permanente tensão entre sujeitos e grupos sociais. As considerações apontam para a necessidade de incorporar as diferentes perspectivas dos réus, ofendidos e testemunhas, que viviam e percebiam a realidade de diferentes coordenadas.

Palavras-chaves: processos criminais; criminalidade; controle social.

## **ABSTRACT**

This study is related to the social growing of criminality in the city of Porto Alegre between 1890 and 1909. Thus, this research intends to exploit the relationship between criminality and different variables like sex, age, profession, origin and crime types starting from criminal processes analyses. It is intended, by connecting urban development with criminality, to point out some criminal tendencies in view of the governmental effort and also some social groups to impose order on urban space. That means to treat criminality like a social phenomenon in permanent tension between the subjects and social groups. Considerations point out the necessity to incorporate several perspectives from the defendants, victims and witnesses that used to live and understand the reality from different points of view.

Key-words: Criminal processes; criminality; social control.

## LISTAS DE TABELAS

|   |    |
|---|----|
| Tabela n.º1- Distribuição etária dos réus.....  | 32 |
| Tabela n.º2 - Distribuição etária dos ofendidos.....  | 33 |
| Tabela n.º3 - Distribuição ocupacional dos réus.....  | 33 |
| Tabela n.º4 - Distribuição ocupacional dos ofendidos.....   | 35 |
| Tabela n.º5 - Distribuição dos réus quanto ao estado civil.....   | 37 |
| Tabela n.º6 - Distribuição dos ofendidos quanto ao estado civil.....  | 38 |
| Tabela n.º7 - Distribuição dos réus pelo nível de Instrução.....  | 40 |
| Tabela n.º8 - Distribuição dos ofendidos pelo nível de instrução.....   | 40 |
| Tabela n.º9 - Relação entre os réus e as sentenças atribuídas.....  | 42 |
| Tabela n.º10 - Distribuição do total de réus e<br>ofendidos quanto a sua origem ou procedência.....             | 66 |
| Tabela n.º 11- Distribuição de réus quanto a sua origem<br>ou procedência.....                                  | 67 |
| Tabela n.º 12 - Distribuição de ofendidos quanto a sua origem<br>Ou procedência.....                            | 67 |
| Tabela n.º 13 - Distribuição dos réus e dos ofendidos quanto<br>a sua procedência por continente de origem..... | 69 |
| Tabela n.º 14 – Distribuição dos réus e dos ofendidos quanto<br>ao seu país de origem.....                      | 70 |
| Tabela n.º15 - Distribuição de réus quanto ao estado civil.....   | 71 |
| Tabela n.º16 - Distribuição de ofendidos quanto ao estado civil.....  | 71 |
| Tabela n.º17 - Distribuição de réus pelo nível de instrução.....  | 72 |
| Tabela n.º18 - Distribuição de ofendidos pelo nível de instrução.....   | 73 |
| Tabela n.º19 - Distribuição etária dos réus.....  | 73 |
| Tabela n.º20 - Distribuição etária dos ofendidos.....   | 74 |

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | 10  |
| <b>I MARGINAIS E DESVIANTES: POBRES E MORALIDADE</b> .....                              | 16  |
| 1.1 Criminalidade: um problema socialmente construído.....                              | 18  |
| 1.2 Pobres e moralidade na Porto Alegre da virada do século XIX.....                    | 22  |
| <b>II VIDA NA RUA: CRIMINALIDADE E CONTROLE SOCIAL</b> .....                            | 31  |
| 2.1 Enfim, os processos criminais! Uma abordagem geral.....                             | 31  |
| 2.2 O que dizer? Absoluções 44% X 24% Condenações.....                                  | 42  |
| 2.3 Do crime à liberdade: crime sexual.....   | 50  |
| 2.3.1 Coisas de mulher (parte 1): defloramento.....                                     | 51  |
| 2.3.2 Coisas de mulher (parte 2): prostituição.....                                     | 61  |
| <b>III PODERIAM VIVER JUNTOS? IDENTIDADE E VISÃO DE MUNDO EM GRUPOS POPULARES</b> ..... | 65  |
| 3.1 A questão interétnica vista de cima: uma análise quantitativa.....                  | 66  |
| 3.2 Conflito étnico: primeiras dúvidas.....   | 75  |
| 3.3 Identidade étnica e visões de mundo.....  | 77  |
| 3.3.1 Trabalho, língua.....   | 80  |
| 3.3.2 "Senhor engana-se si pensa que isto é uma Calábria".....                          | 84  |
| 3.3.3 O caso alemão.....  | 91  |
| 3.3.4 O "mal de Jacobina".....  | 96  |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....   | 106 |
| <b>REFERENCIAS DOCUMENTAIS</b> .....  | 109 |
| Documentos manuscritos .....  | 109 |
| Documentos impressos.....   | 109 |
| <b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....   | 111 |

## INTRODUÇÃO

A preocupação inicial era apreender as leituras particulares que os indivíduos e grupos de populares faziam do processo de modernização de Porto Alegre entre 1890 e 1909. Tarefa por demais difícil, uma vez que não tinha a dimensão exata desta proposta na documentação escolhida – processos criminais (júri, sumário, sumaríssimo, queixa crime, apelação).

Na primeira fase da pesquisa, fiquei seis processos criminais/ano circunscritos à cidade de Porto Alegre, que comprovadamente envolvessem populares – fossem réus ou ofendidos, recolhendo nome, idade, sexo, naturalidade, nacionalidade, profissão, estado civil e instrução dos réus e dos ofendidos, bem como denúncia do promotor público, ocorrência policial, relatório de polícia, oitiva de testemunha em juízo e, finalmente, decisão judicial. Entretanto, os primeiros fichamentos não foram animadores.

A sensação mais forte que tive, naqueles momentos, foi a de medo. Não o medo que qualquer ser humano sente diante do inesperado, mas um medo construído pela leitura de obras consagradas que apresentavam os processos criminais como um universo plural e multifacetado. O medo persistiu, apesar de saber que essas leituras não eram senão obra de pesquisadores excepcionais. Um medo realista de me enredar em malhas, cujo controle me escapasse. Duvidei que pudesse permanecer pesquisando processos criminais.

Olhando para trás, percebo que junto com o medo explicável, havia certa ambigüidade na minha postura, cujas origens não consegui apurar na época. O que

me atraía, e repelia ao mesmo tempo, era a possibilidade de romper uma barreira, cuja visibilidade não é posta ao alcance do olho nu, mas cuja força se faz presente nos menores gestos, a barreira que separa o pesquisador do documento. Chegar perto, tão perto do documento ao ponto de me confundir com ele, com suas histórias de honra, de amor, nas descrições pormenorizadas dos episódios e dos personagens.

Da "viagem" quase que diária ao Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) não saí o mesmo. Aprendi, a duras penas, a não ser etnocêntrico, vigiar meus pré-conceitos teóricos e não me deixar levar pela piedade que desemboca no paternalismo, sem que isso significasse uma estéril tentativa de anulação de meus sentimentos, emoções, e crenças.

Ultrapassada a barreira inicial, vi-me diante de formas alternativas de vivência, que resultavam na identificação de códigos e mapas de orientação bastante opostas aos modelos tradicionais dominantes. Isso me foi gradativamente revelado no desenrolar da pesquisa, pela própria relação que ia sendo construída entre mim, o *corpus* documental e a rica bibliografia produzida sobre populares.

Percebi que estava, senão diante de dados de tipo diferente, pelo menos diante de arranjos diversos da tensão sempre existente, em qualquer classe social, entre o individual e o coletivo, entre o privado e o público, entre o próximo e o outro. Ficava cada vez mais claro que os indivíduos, basicamente populares, que apareciam na condição de réus e de ofendidos representavam a Porto Alegre do banditismo, da violência. Duplamente excluídos por serem "outros" e por serem "incultos" e "perigosos", os pobres urbanos viviam, neste olhar etnocêntrico e homogeneizador, o avesso da civilização. Assim, o objetivo principal do trabalho direciona-se para os mecanismos discriminatórios sofridos pelos grupos de populares, percebendo valores, representações e comportamentos sociais através da transgressão da norma penal.

Sem pretensão alguma de esgotar o tema ou alcançar sua totalidade, busco no primeiro capítulo, intitulado *Marginais e desviantes: pobres e moralidade*, apresentar alguns conceitos e teorias que melhor enfocam o problema da criminalidade. O estudo confere que a criminalidade não é uma qualidade intrínseca da conduta social, mas uma qualidade atribuída a determinados sujeitos, através de processos complexos de interação social.<sup>1</sup>

Ao chamar a atenção para o processo de construção social da criminalidade, faço “mister”, levantar a questão de como este processo ocorre no contexto de Porto Alegre, na virada do século XIX. Daí a importância do trabalho de Sandra Pesavento<sup>2</sup>, na reconstituição do cotidiano e da cultura popular frente à construção da ordem burguesa.

No decorrer do segundo capítulo *Vida na rua: criminalidade e controle social*, procuro estabelecer correlações entre criminalidade e variáveis como idade, profissão, instrução, tipo de crime dos réus e dos ofendidos. Mas, sem dúvida, é na análise qualitativa que pode-se visualizar melhor a construção da criminalidade, bem como permitir enxergar mais claramente quem foram estes sujeitos históricos.

De igual modo significa apreender, ao nível das biografias de indivíduos específicos, a coexistência de orientações e códigos diferenciados de sorte a tratar a um só tempo a relação individual e a relação social da criminalidade. Ou seja, perceber nos populares, através de suas interações e ações na composição social manifestações que assinalam oposições simples do tipo sociedade versus indivíduo.

São muitos os trabalhos de história que utilizam fontes judiciais no Brasil, mas destacaria dois estudos que considero fundamentais para a minha pesquisa: o

---

<sup>1</sup> BECKER, Howard S. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977; VELHO, Gilberto. *Desvio e divergência – uma crítica da patologia social*. Zahar Editores, 1974.

<sup>2</sup> PESAVENTO, Sandra J.. *Uma outra cidade – o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Nacional, 2001.

conhecido trabalho publicado por Boris Fausto<sup>3</sup>, e o não menos famoso de Sidney Chalhoub<sup>4</sup>. O primeiro explora a relação entre criminalidade e variáveis como a imigração, o nível de instrução, o sexo, a idade, a cor da pele; ao mesmo tempo em que traça um grande quadro, no qual a repressão à marginalidade social e à delinquência surgem como uma forma eficaz de controle social. O segundo focaliza as tensões, que surgem no ambiente de trabalho e de questões ligadas ao problema da habitação, a partir da lógica da produção e do mercado.

Quanto à historiografia rio-grandense mais recente, que utiliza as fontes judiciais, acredito que o trabalho de Paulo Moreira<sup>5</sup> sobre os cenários da criminalidade popular em Porto Alegre na segunda metade do século XIX, e a tese de Rodrigo Simões<sup>6</sup>, que investiga a resistência popular à polícia no período da República Velha, constituem dois ótimos trabalhos acerca do tema.

Mesmo que não esperasse encontrar um grupo absolutamente homogêneo, não posso negar que a diversidade étnica encontrada nas fontes me surpreendeu e fez com que surgissem alguns problemas de ordem teórico-bibliográfica ao objeto pesquisado. Isto por uma razão óbvia: porque eu era um principiante no assunto, e de repente me vi "cercado" de histórias de réus e/ou ofendidos estrangeiros, que pareciam evocar nas contendas formas simbólicas de identidades étnicas.

Passado o período inicial de familiarização do assunto, comecei a pensar a etnicidade como um aspecto central nas relações entre populares. O número expressivo de estrangeiros entre os réus e ofendidos sinalizavam para uma diversidade de tipos étnicos na composição das camadas populares. Mais do que

---

<sup>3</sup> FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Edusp, 2001.

<sup>4</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na "belle époque"*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>5</sup> MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre (1868-1888)*. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

<sup>6</sup> SIMÕES, Rodrigo Lemos. *Porto Alegre 1890-1920: resistência popular e controle social*. 1999. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

isso, parecia existir uma persistência do componente étnico da identidade social, entre os imigrantes nos momentos de contato intergrupais.

O terceiro capítulo intitulado *Poderiam viver juntos? Identidade e visão de mundo em grupos populares* encontrou seu impulso inicial na dissertação de Daniela Carvalho<sup>7</sup> sobre conflitos e relações interétnicas populares na Santa Maria da virada do século XIX; e principalmente num artigo de Karl Monsma<sup>8</sup>, que trata de forma bastante original a persistência de alguns componentes étnicos na manutenção de uma quadrilha de calabreses no oeste paulista. Em vez de abordar a existência da quadrilha a partir de configurações puramente de ordem material, proponho dar um passo além: a quadrilha é pensada como um fenômeno sócio-cultural.

Nessa perspectiva, os contatos interétnicos, verificados por mim nos processos criminais, não são vistos como ocasionais, fortuitos ou habituais, que assinalam a carreira moral dos criminosos ou expedientes apenas de uma necessidade econômica, contudo examinado na sua singularidade, como momento

---

<sup>7</sup> CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Entre a solidariedade e a animosidade: os conflitos e as relações interétnicas populares (Santa Maria – 1885 a 1915)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.

<sup>8</sup> MONSMA, Karl; TRUZZI, Oswaldo; CONCEIÇÃO, Silvano da. Solidariedade étnica, poder local e banditismo: uma quadrilha calabresa no Oeste Paulista, 1895-1898. *Revista Brasileira de Ciência Social*. Vol. 18 n.º53 São Paulo, setembro 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br>. Acesso em 14/08/2006.

privilegiado de delimitação étnica.<sup>9</sup> É, em grande medida, nessas relações sociais que valores tornam-se eficazes e reputações étnicas legitimadas.

---

<sup>9</sup> BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*; seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1998, p.187-227; CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1987. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.

## **Capítulo I**

### **Marginais e desviantes: criminalidade e controle social**

Na primeira metade do século XX, as pesquisas históricas dedicaram-se aos estudos dos movimentos populares apenas em momentos de revoltas, como revoluções e levantes, ou em movimentos organizados (sindicatos, partidos políticos).<sup>10</sup> Entretanto, da década de 1960 até os dias atuais assiste-se ao deslocamento gradual destes estudos para propostas que privilegiam o indivíduo na sua singularidade; afastando-se, com isso, das análises tendenciosas, que tratavam os populares como uma multidão ou massa desprovida de qualquer atributo. O êxito logrado pelos historiadores com essa abordagem deve-se, em grande parte, ao contato com outras áreas do conhecimento humano, especialmente a antropologia e a sociologia. Mas acredito que os resultados não seriam tão promissores, se não existisse a preocupação em vincular o conceito de cultura ao de popular.<sup>11</sup>

Uma vez que os historiadores passaram a reconhecer a importância da cultura para a análise do objeto historiográfico, no caso específico os populares, os riscos de análises superficiais e equivocadas foram diminuídos. O seu emprego atenta para a

---

<sup>10</sup> Ver, por exemplo, RUDÉ, George. *A multidão na história – estudos dos movimentos populares na França e na Inglaterra (1730-1848)*. Rio de Janeiro: Campus, 1991; HOBBSAWM, Eric J.; RUDÉ, George. *Capitão Swing – a expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra do início do século XIX*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

<sup>11</sup> GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes; o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. 3 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2002; DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos – e outros episódios da história cultural francesa*. 5 ed. São Paulo: Graal, 2006; BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. 2 ed. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

existência de um conjunto de crenças, valores, visões de mundo e redes de significados na formação do indivíduo.<sup>12</sup>

Por outro lado, a noção de cultura comporta a necessidade da diferença entre nós e os outros, configurando assim a existência de modos distintos de construção social da realidade com a produção de padrões, normas que contrastam grupos, classes no espaço e no tempo.<sup>13</sup> A partir dessas considerações é forçoso mencionar a clássica dicotomia entre elites e classes populares. Essa percepção dualista diferencia dois níveis de cultura dentro de uma sociedade, relacionados não somente à diferença econômica e política como a visões de mundo e experiências sociais distintas.

Pensar a cultura popular como heterogênea e plural vai depender do interesse do investigador e de sua visão da complexidade social. Dentro do campo da história, destaco o trabalho de Carlo Ginzburg, cuja preocupação extrapola a simples distinção de níveis, enfatizando a natureza relacional e interativa das culturas.<sup>14</sup>

Dessa forma, ultrapassar os limites da polaridade que obscurecem as combinações e meios-tons é falar em culturas populares. Isso significa focalizar a diversidade étnica, ocupacional nas suas formas dissonantes de agir, de se portar e de perceber o mundo.

Sob esse aspecto, o interesse da pesquisa privilegia a visão de mundo dos populares em interação com a sociedade, de maneira a demonstrar o processo contraditório e complexo em que a realidade tem de ser constantemente negociada, em diversas dimensões da vida social. Com o intuito de dar conta disso, o historiador

---

<sup>12</sup> A concepção de indivíduo não seria natural mas construída histórica e socialmente, delimitada e circunscrita, portanto, a sociedades específicas. Ver, por exemplo, GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989, especialmente capítulos I e II.

<sup>13</sup> Ver VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose*; antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, p.63-70.

<sup>14</sup> GINZBURG. Op. Cit..

se vê na contingência de diversificar a gama de materiais utilizados na investigação, incorporando diferentes documentos.

A utilização do processo criminal na obtenção de fragmentos, pistas e indícios dos diferentes modos de ser e de se expressar dos indivíduos, tornou-se premente para a compreensão do universo cultural dos populares, embora seja necessário não perder a dimensão própria do documento. Pois, estas fontes visavam reprimir e controlar aqueles que hoje ganham o interesse dos pesquisadores.

### **1.1 Criminalidade: um problema socialmente construído**

Ao assumir a utilização da fonte judiciária sinto a necessidade de alguns esclarecimentos sobre o cuidado que se deve ter no uso da mesma, para a pesquisa histórica. A documentação utilizada apresenta particularidades que, ao contrário da grande maioria, foram construídas por várias agências de poder que compõem o sistema penal. Sua composição não pode ser compreendida somente nas figuras do delegado e do juiz, mas sim num conjunto integrado, de certa forma, de agências de poder dos quais fazem parte desde o legislador até os órgãos encarregados do controle e assistência dos liberados.

Ainda que se pense numa ideologia do sistema penal, que de alguma forma integre estas diversas agências, seria por demais leviano acreditar num conjunto de idéias que pairasse sobre todas estas agências. Autores, como Alessandro Baratta<sup>15</sup>, acreditam que o elemento orientador destas agências, e não determinante, é a ideologia da defesa social.

---

<sup>15</sup> Conforme BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*; introdução à sociologia do direito penal. Rio de Janeiro: Revan, 2002, p.41-48 a ideologia da defesa social é contemporânea a revolução burguesa, segundo o qual, é explicada através de alguns princípios definidores: do bem e do mal, de culpabilidade, de legitimidade, da igualdade e do fim ou da

O sistema penal interage com o meio social, influenciando e sendo influenciado (família, igreja, escola, vizinhos, os quais formam o senso comum de uma época), com objetivo de combater a criminalidade (função declarada) para proteger as "pessoas de bem" daquela "minorias perigosa", que coloca em risco a segurança pública.

É interessante salientar que todo o discurso dogmático do Direito (códigos), na sua origem toma como base tal pressuposto. Isso dá ao Direito um caráter prescritivo, na medida em que boa parte das decisões perpetradas pelo juiz, por exemplo, pertencem ao mundo do dever ser, denominado de paradigma dogmático.<sup>16</sup>

Importa dizer que toda esta preocupação prescritiva tem como objetivo garantir para o indivíduo o arbítrio penalizante do estado. Até aí, me parece uma preocupação bastante louvável por parte dos juristas, em garantir um controle contra possíveis arbitrariedades do estado. Por outro lado, este discurso pautado pela racionalização do poder punitivo, que dá maiores garantias individuais e limites para os operadores das agências de poder, corre grandes riscos quando aplicado em situações reais. No plano concreto, preceitos como igualdade guardam pouca ou nenhuma sintonia com as ações das agências de poder.

O interessante é perceber que na real operacionalidade das agências de poder, no que se refere às garantias individuais, existirão para alguns indivíduos maiores proteções do que para outros, iguais no campo jurídico, mas tratados de forma assimétrica no plano concreto.<sup>17</sup>

Os códigos cumprem a função programática de influenciar o intérprete, seja ele policial ou juiz na hora de decidir sobre o fenômeno criminal da maneira mais

---

prevenção. Ver também ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *A ilusão de segurança jurídica – do controle da violência à violência do controle penal*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

<sup>16</sup> ANDRADE. Op. Cit., p.175-6.

equânime possível. Mas nem sempre as leituras feitas pelos operadores das agências de poder tomam a igualdade como pressuposto básico.

Questiono a legitimidade das significações oferecidas pelas ciências jurídicas e sociais, a respeito do crime e do criminoso, bem como a legitimidade da explicação de criminalidade para atitudes e pessoas. Atento igualmente para o quesito sócio-político dos operadores das agências de poder, que compõem o sistema penal na sociedade. Eles dispõem de "poder" suficiente para dizer quais atitudes seriam criminosas e quais indivíduos seriam penalizados.

Diante dessas ponderações, discuto se os casos criminalizados são os que verdadeiramente deveriam ser definidos como crime, ou investigar se as pessoas criminalizadas e penalizadas são merecedoras das imputações. A polêmica seria, acredito, interminável e pouco profícua para os interesses da pesquisa. Posso afirmar, de início, que o sistema penal surge com a intenção disciplinadora e que os integrantes das agências de poder (legisladores, policiais, promotores públicos, juízes, médicos legistas) agem orientados pelo dogmatismo jurídico e pelas suas interpretações particulares acerca do fenômeno criminal.

Indiscutivelmente, as diferenças existentes dentro de uma sociedade não podem ser negadas. Existem diferenças e variações importantes de interpretação, vivência e manipulação do código, da ordem moral e da rede de significados entre os indivíduos que são inquestionáveis.<sup>18</sup> A dificuldade está em conciliar as interpretações individuais com a cultura que os precedem e os englobam. Portanto, a vida social deve ser percebida como um processo contraditório e complexo, em que a realidade tem de ser constantemente negociada em diversas dimensões da vida social. Como explica Gilberto Velho:

---

<sup>17</sup> Ibidem, p.266-284.

<sup>18</sup> A importância e a ênfase no indivíduo agente empírico podem variar bastante como demonstram DUMONT, Louis. *Homo hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: EDUSP, 1992. e MAUSS, Marcel. *Sociologie et Anthropologie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968, especialmente parte V.

A noção de cultura dominante, senão for usada com muito critério e precisão, pode ignorar uma série de processos sociológicos e culturais complexos para privilegiar contradição e conflito como únicas chaves explicadoras. Estas obviamente existem mas há outros processos e dimensões na vida de uma sociedade constituídos por consenso, pactos, identificação, encontros em termos de interesses e objetivos.<sup>19</sup>

Para ser mais exato, me refiro ao documento pesquisado (processo criminal), no qual carrega consigo as visões de mundo dos profissionais que transitavam pelas instâncias judiciárias: policiais, advogados, promotores públicos, e de todos aqueles que de uma forma ou de outra participaram da sua elaboração, mesmo que na condição de réu, testemunha ou vítima. As peças penais geradas pela investigação dos delitos estão repletas de contradições e de conflitos entre atores sociais.

Nesse sentido, a corrente sociológica norte-americana encabeçada, entre outros, por Howard Becker com a sua Teoria Interacionista do Desvio, focaliza o problema como forma de conflito político.<sup>20</sup> Ou seja, no interior dos grupos sociais ocorre, por mecanismos de poder, a negociação da realidade; de modo que, os grupos sociais criam o desvio ao fazerem as regras, cuja infração constitui o desvio e ao aplicar essas regras a pessoas particulares.

Todos os grupos sociais fazem regras e tentam, em alguns momentos e em algumas circunstâncias, fazer com que elas sejam seguidas. Regras sociais definem situações sociais e os tipos de comportamento apropriado a elas, especificando algumas ações como "certas" e proibindo outras como "erradas". Quando uma regra é imposta, a pessoa que supõe tê-la transgredido pode ser vista como um tipo especial de pessoa, alguém que não se espera que viva segundo as regras com as quais o grupo concorda. Ela é vista como um marginal ou desviante.<sup>21</sup>

---

<sup>19</sup> VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura*; notas para uma antropologia da Sociedade Contemporânea. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987, p.84-5.

<sup>20</sup> BECKER, Howard S. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1977. Ver também VELHO, Gilberto (Org.). *Desvio e Divergência – uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1974.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p.53.

Diante de tais considerações, acredito que as atitudes deliberativas de não permitir e castigar apresentam certa engenharia, que não ataca a criminalidade, mas sim criminaliza atitudes humanas, como anti-sociais. Este processo inicia-se no momento da elaboração legislativa e segue com a tarefa de criminalizar, com as ações tomadas pelos órgãos repressivos, como, por exemplo, tribunais e a polícia.<sup>22</sup> Portanto, posso dizer que a criminalidade é uma realidade social construída, de maneira altamente seletiva e desigual pelo controle social; que, por sua vez, é resultado de uma pluralidade de fatores, tais como o conflito político localizado no interior dos grupos sociais.

Cabe esclarecer o problema do comportamento desviante na sociedade porto-alegrense na virada do século XIX, quando as preocupações com os "bons costumes" dos populares estavam entre as prioridades para o Estado e para os setores aburguesados.

## **1.2 Pobres e moralidade na Porto Alegre da virada do século XIX**

Com o término da Revolução Farroupilha, quando a cidade permaneceu sitiada, Porto Alegre tornou-se o principal centro econômico da província, atraindo os investimentos das riquezas oriundas da comercialização dos produtos coloniais e servindo de pólo de contato para o centro do país.

Aos poucos, a fisionomia da pequena vila começa a se transformar: transferência do cemitério, antes localizado nos fundos da Igreja Matriz, para o

---

<sup>22</sup> MONGRUEL, Angela de Quadros. Criminalidade: um problema socialmente construído. In: Andrade, Vera Regina Pereira de (Org.). *Verso e Reverso do controle penal – (des) aprisionando a sociedade da cultura punitiva*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002, v.2, p.171.

distante Morro da Azenha (1850); construção do segundo Mercado Público (1869), que deu maior dinamismo para as atividades comerciais; implantação do primeiro transporte coletivo sobre os trilhos (1872), que representou o início do prolongamento da cidade. Sem contar, com o avanço gradual da população, tanto pelas margens do Guaíba como pelo interior, seguindo os principais caminhos que ligavam por terra a capital a outras povoações (Caminho da Azenha ou Estrada do Mato, Caminho Novo).<sup>23</sup>

Era apenas o começo de uma aldeia com pretensões à cidade civilizada. Na década de 1890, Porto Alegre intensificou o processo de urbanização, iniciando uma nova fase do fenômeno urbano, como por exemplo, a abolição da escravidão, a instalação da ordem republicana, o crescimento dos grupos médios urbanos e a imigração maciça que acarretaram, a curto prazo, uma nova dinâmica social.<sup>24</sup>

Em 1872, a população do município de Porto Alegre compreendia 43.998 mil habitantes e, em 1890, 52 mil habitantes.<sup>25</sup> As reformas iniciadas nos longínquos anos 1850 atendiam, de certa forma, ao aumento populacional e, sobretudo, ao fortalecimento dos grupos médios. A transformação dos espaços públicos, o desenvolvimento comercial, o aparecimento das primeiras fábricas, a fundação da Escola de Engenharia, os jornais e os cafés constituíam um novo modo de vida e da mentalidade porto-alegrense, segundo padrões totalmente originais.

Nicolau Sevckenko define quatro princípios decisivos para o processo de metamorfose da cidade do Rio de Janeiro:

---

<sup>23</sup> Conforme MACEDO, Francisco Riopardense de. *Porto Alegre: origem e crescimento*. Porto Alegre: Sulina, 1968, p.102-6; OLIVEIRA, Clovis Silveira de. *Porto Alegre: a cidade e sua formação*. Porto Alegre: Metrópole, 1993, p.121-3.

<sup>24</sup> MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: urbanização e modernidade; a construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPCRS, 1995, p.21-38. Ver também PESAVENTO, Sandra J.. *O cotidiano da República*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1990.

<sup>25</sup> FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro do Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS: 1803-1950*. Porto Alegre, 1981, p.81-94. Importa registrar que no censo do ano de 1872, o critério utilizado foi o número de casas e de pessoas livres e escravas, segundo municípios e paróquias do RS; enquanto que a população recenseada do ano de 1890, o critério adotado foi a divisão por sexo, segundo os municípios do RS.

a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense.<sup>26</sup>

O processo de modernização acarretou, como na capital do Brasil, a segmentação e o distanciamento espacial entre grupos da população. Lúcia Géa assinala que as habitações mais pobres encontravam-se "em zonas menos privilegiadas tais como as próximas à Ponta da Cadeia e em outras áreas insalubres sujeitas a inundações", enquanto as elites estavam acomodadas na rua Duque de Caxias, centro do prestígio e de seus elementos simbólicos, como a Igreja Matriz e o Palácio do Governo.<sup>27</sup>

Neste processo de modernização, os velhos sobrados e cortiços eram demolidos, seguindo o Código de Postura, com vistas a viabilizar construções que representassem o novo e, principalmente, por se tratarem de lugares habitados por pessoas pobres. As ruas e praças sofreram transformações de caráter urbanístico e arquitetônico. Os lugares que antes se caracterizavam pelas "permanências coloniais" cederam lugar às ruas largas, alinhadas e com esgoto pluvial.<sup>28</sup> A rigor, as próprias necessidades do capitalismo conduziam a um processo de organização do espaço público, indiferentes com melhorias habitacionais dos populares<sup>29</sup>.

---

<sup>26</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*; tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 4 ed. 1999, p.30.

<sup>27</sup> GÉA, Lúcia Segala. *O espaço da casa: arquitetura residencial da elite porto-alegrense (1893-1929)*. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995, p.72.

<sup>28</sup> PESAVENTO, Sandra J.; SOUZA, Célia Ferraz de. *O espetáculo da rua*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999, p.11-2; Ver também PESAVENTO, Sandra J.. PESAVENTO, Sandra J.. *Os pobres da cidade (vida e trabalho 1880-1920)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1994.

<sup>29</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das letras, 2004, p.53 explica que um dos motivos do recrudescimento das autoridades diante das habitações populares na cidade do Rio de Janeiro devia-se ao interesse capitalista em investir nas transformações do limite urbano da corte. Segue o autor: "[...] a utilidade

As medidas, de alguma forma, intuíaem em colocar a cidade de Porto Alegre nos rumos do progresso; mesmo que isso implicasse na criação de inúmeros mecanismos de repressão e controle da vida mundana, restringindo assim a liberdade individual. Uma das iniciativas foi a criação da Polícia Administrativa em 1896, a qual tinha como principal função a prevenção de delitos e de transgressões, tais como desordens, embriaguez e prostituição.<sup>30</sup>

Nos últimos anos do século XIX, Porto Alegre concentrava capital comercial, desenvolvia mercado consumidor e mercado de trabalho livre, sediando o maior número de fábricas do estado e a maior diversidade industrial. A produção industrial esteve, sobretudo, atrelada ao mercado regional e foi financiada por pequenos capitais acumulados através do comércio por imigrantes na maioria das vezes.

Em consequência da expansão industrial, muitos imigrantes aportavam na capital sulina, atraídos pelas oportunidades de trabalho. Entretanto, os estrangeiros que se fixaram na cidade não puderam ser aproveitados pelo setor industrial, de modo que buscaram no pequeno comércio e no setor de serviços os meios para sobrevivência.

O relativo incremento às atividades econômicas citadina, por certo não gerou mecanismos de absorção do contingente populacional estrangeiro e nativo, no tocante ao mundo do trabalho, criando um grupo pobre urbano que oscilava entre o emprego temporário, o desemprego, ou ainda formas diversas de sobrevivência ligadas à ilegalidade. Portanto, existem condições favoráveis para o desenvolvimento de interações sociais geradoras de conflitos e disputas entre pessoas das mais diversas origens étnicas. No entanto, as medidas do Poder Público tinham como alvo principal

---

do projeto não se assentaria na melhoria das condições de vida das classes populares em si, mas sim na vantagem de torná-las menos perigosas para a classe dominante"; BAKOS, Margaret Marchiori. A habitação em Porto Alegre: problemas e projetos administrativos (1897-1937). *Cadernos de Estudo do Curso de Pós-graduação em História* – UFRGS, Porto Alegre: UFRGS, n.1, nov.1998, p.4-9.

as camadas populares, que se avolumavam de forma bastante desordenada no centro da cidade. Conforme Margareth Rago, a representação do pobre está estruturada em função de ser este o outro da burguesia limpa e civilizada; a partir de sua moradia, sua família, seus hábitos serão desenvolvidos práticas higiênicas e disciplinizadoras, que compõem o que a autora chama de uma "pedagogia totalitária".<sup>31</sup>

As pensões ou casas habitadas por gente do povo atemorizavam a vida das famílias dos grupos médios. "O domínio público parecia particularmente perigoso, atentatório aos padrões morais da família burguesa, ameaçador aos bons costumes".<sup>32</sup> Os seus hábitos torpes e desregrados pareciam, aos olhos das elites, aplacar o tão esperado ingresso nesta modernidade, que tinha na radicalização do devir a sua maior característica<sup>33</sup>.

Botequins, tavernas e/ou bordéis eram, invariavelmente, considerados como antros suspeitos, freqüentados por sujeitos degenerados, propícios para o crime e para a desordem. A autora Cláudia Mauch aponta para a utilização freqüente de expressões como "saneamento moral" e "doença social" no vocabulário jornalístico da época, como demonstração de uma visão organicista da sociedade, de forma a considerar as áreas de perigos como focos eminentes de doença.<sup>34</sup>

Esta linguagem médica estava em voga na época, para interpretar o vício e o crime como doenças contagiosas, que ameaçavam a saúde da sociedade burguesa.

---

<sup>30</sup> MAUCH, Cláudia. *Ordem Pública e Moralidade*; imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPHRS, 2004, p.165-209.

<sup>31</sup> RAGO, Margareth. *Do caberá ao lar*, a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930). 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p.175.

<sup>32</sup> PESAVENTO. Op. Cit., 1994, p.84.

<sup>33</sup> Um dos traços característicos do final do século XIX e a meados do século XX no mundo (com algumas variações) foi a presença de idéias do pensamento historicista, cuja forma idealista ou não, identifica a modernização com o desenvolvimento do espírito humano, o triunfo da razão com a liberdade, a formação da nação e a vitória final da justiça social. Ver, por exemplo, TOURAINE, Alain. *Crítica da modernidade*. Lisboa: Piaget, 1994, p.91.

A elevação do médico à condição de intelectual prestigiado e da medicina à posição de um saber "regenerativo" e fundamental para o país surgiu no momento de reordenação do aparelho do Estado.

[...] é a descoberta de que, com o objetivo de realizar uma sociedade sadia, a medicina social esteve, desde sua constituição, ligada ao projeto de transformação do desviante – sejam quais forem as especificidades que ele apresenta – em um ser normatizado; [...]<sup>35</sup>

Juntamente à ascensão dos médicos, se assiste a valorização do engenheiro e do educador nas funções complementares e intelectuais propriamente ditas, que esses "novos arautos" do progresso poderiam desempenhar no aparelho estatal.<sup>36</sup>

Era de suma importância para a República gaúcha de inspiração positivista, num período de organização de um Estado secular, afastar a imagem de rural através de um programa de desenvolvimento econômico, que contemplava a diversificação dos empreendimentos, de modo a colocar o estado na rota das grandes alterações do capitalismo internacional pós-segunda Revolução Industrial (1870). Para tamanha empreitada, o Estado contou com o auxílio dos "grandes especialistas" (cientistas), na tarefa de disciplinar a sociedade, livrando-a dos "vícios" e "perversões", que tanto ameaçavam os centros urbanos.<sup>37</sup> Pois, segundo o positivismo, a transformação da sociedade requeria um esforço sistemático de formar uma opinião pública adequada à manutenção da ordem.

---

<sup>34</sup> MAUCH. Op. Cit., p.80-139. Ver também MAUCH, Cláudia. Saneamento moral em Porto Alegre na década de 1890. In: MAUCH, Cláudia et ali. *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1994, p.9-24.

<sup>35</sup> MACHADO, Roberto et ali. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 156.

<sup>36</sup> Conforme HERSCHMANN, Micael M. A arte do operatório. Medicina, naturalismo e positivismo (1900-1937). In: HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (Org.). *A invenção do Brasil Moderno – medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p.43-65.

<sup>37</sup> Ibidem, p. 43-4; PESAVENTO, Sandra J. *O imaginário da cidade; visões literárias do urbano* (Paris. Rio de Janeiro e Porto Alegre). 2 ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002, p.262-4.

Neste sentido, a ciência, a educação e a moral se convertem em instrumentos poderosos de controle e de veiculação ideológica de uma forma específica de reorientação da sociedade, na qual os indivíduos devem apresentar despidos de seus interesses egoístas e particulares, neutralizando-se assim o conflito em função da garantia da estabilidade social e do chamado bem-comum.<sup>38</sup>

Num período de forte influência do cientificismo, a voz do médico-intelectual adquiria proporções que hoje são atribuídas aos economistas. Diante do problema (doença e inflação, respectivamente) a doença era diagnosticada e, mediante o autoritarismo da ciência, a cura prescrevista. Os hábitos dos pobres eram o diagnóstico mais freqüente, entre os médico-intelectuais. A partir disso, era questão de tempo tratar a doença: guerra aos pobres!

Jornais como *O Independente* e *Gazetinha*<sup>39</sup> especializaram-se em denunciar os lugares onde viviam os pobres da cidade. Certas ruas e becos eram estigmatizados como áreas perigosas, lugares propícios à proliferação de doenças e de maus hábitos.

Cláudio Elmir, por exemplo, aponta para as imagens que os jornalistas do jornal *O Independente* faziam das prostitutas: repletas de sentido, em que a doença e a prostituição se equívalem. As famílias da elite sentiam-se afrontadas pelos modos acintosos das prostitutas em áreas públicas. "A prostituição é doença social, pois extrapola os limites do privado e atinge a rua, espaço público que requer a ordenação do poder do Estado".<sup>40</sup> De fato, a prostituta afrontava no seu

---

<sup>38</sup> PESAVENTO, Sandra J.. *A burguesia gaúcha; dominação do capital e disciplina do trabalho* (RS 1889-1930). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989, p.63. Ver também VÉLEZ, Ricardo Rodrigues. *Castilhismo, uma filosofia da República*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

<sup>39</sup> Ambos jornais, em períodos distintos, tinham uma linha editorial marcadamente voltada para a população pobre da cidade, tratando de assuntos, como, por exemplo, crimes, julgamentos, policiamento, imoralidade entre outros.

<sup>40</sup> ELMIR, Cláudio Pereira. *Imagens da prostituição na Porto Alegre dos anos 10. O discurso d'O Independente*. In: MAUCH, Cláudia et. ali. *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*. Porto Alegre: Ed. Universidade, 1994, p. 90.

comportamento desregrado não apenas as famílias da elite, que se viam obrigadas a transitar por entre a "imundície", mas, sobretudo, o trabalhador que poderia ser desvirtuado pelo mau exemplo.

Famílias inteiras experimentavam, involuntariamente, os riscos de transitarem em lugares de prostituição. Ruas, como a Riachuelo e a Dr. Flores, áreas centrais do centro, abrigavam as mal faladas mulheres da vida. Casos, como os narrados pelo jornal, em que as janelas de bordéis acomodavam o colo nu das ditas depravadas, ou quando sentadas à frente de seus conventilhos, de pernas cruzadas, ostentando meias rendadas de seda ou de tecido, atentavam os passantes a entrarem impelidos pela libido, ou a condenarem moralmente tais costumes.<sup>41</sup>

Em suma, a Porto Alegre do final do século XIX desenvolveu-se sob a égide das idéias positivistas, calcadas na organização do espaço, no progresso econômico e na ordem burguesa. A tarefa acolhida pela elite política e econômica da capital sulina era instaurar a modernidade urbana numa província tradicionalmente rural e com forte identidade regional ao campo. Para tanto, foram identificados os obstáculos para a realização do processo de metamorfose da cidade.

Entre os obstáculos a serem ultrapassados, os grupos de populares e os moradores do centro da cidade destacavam-se como modelo de comportamento desviante, por apresentarem o maior risco para a empreitada civilizatória da capital sulina. De fato, a intenção do Poder Público era de varrer, para os limites urbanos, a presença de traços populares. Fica patente a transformação dos valores burgueses (gerais), em sustentáculo para ações específicas no cotidiano. O poder público toma para si o cargo de cuidar, para que a aplicação das ações sejam plenas e duradouras. Daí resulta a razão de ser das ações do Poder Público, à medida que instauram novas regras de vivências que definem padrões de condutas

---

<sup>41</sup> Ibidem, p.88.

extremamente rígidos, de forma a colocarem naturalmente os populares à margem dessa vivência.

Não resta dúvida, que ao tomar o referencial europeu, essa elite – já desgarrada dos valores e códigos sociais nativos – ponteou a trajetória regional com marcas indeléveis do paradigma moderno, consolidado ao longo das décadas seguintes. De fato, posso dizer que a modernidade não está alienada da modernização, mas cobre-se de uma relevância muito maior num século em que o progresso já não é unicamente o das idéias, todavia torna-se também o das formas de produção e de trabalho, em que a industrialização, a urbanização e a extensão da administração pública transformam a vida da maioria.

## **CAPÍTULO II**

### **Vida na rua: criminalidade e controle social**

O segundo capítulo traça características gerais da população de Porto Alegre dos anos 1890 a 1909, a partir da análise conjunta dos 120 processos criminais. Isso implica na conformação de padrões, obtidos através da reunião sistemática das informações encontradas neste universo documental.

Com o objetivo de identificar quem eram as pessoas (ou grupos), que freqüentavam a justiça de Porto Alegre entre os anos de 1890 e 1909, me detive em observar os réus e os ofendidos, buscando relacionar os dados levantados com as mudanças de ordem social decorrentes das alterações nas estruturas política, social e econômica da sociedade brasileira, especialmente a porto-alegrense. Isso implica em traçar um rápido perfil destes sujeitos históricos (sexo, idade, ocupação, naturalidade, nacionalidade, instrução), sem perder de vista a existência de uma sociedade e cultura que os precedem e os englobam.

#### **2.1. Enfim, os processos criminais! Uma abordagem geral**

A elite urbana e o Poder Público construíram estereótipos para os grupos de populares, do mais velado como ocioso até o mais ofensivo como turbulento, sempre com o objetivo de classificá-los e estigmatizá-los perante os demais integrantes da sociedade. Daí a necessidade de identificar com maior precisão os 277 indivíduos

(idade, instrução, nacionalidade, estado civil), que freqüentavam a justiça na condição de réus e de ofendidos.

Com relação à idade dos réus, há predominância das faixas etárias que vão de 21 a 30 anos (26%), seguidas de perto pelas que reúnem os indivíduos entre 10 a 20 anos (23%) e 31 a 40 anos (22%). A soma destas três faixas representa 56,8% de réus entre 10 a 40 anos; demonstrando, assim, que a maior parte dos réus estava nas idades consideradas mais produtivas e, por si só, mais suscetíveis a se exporem em situações de risco com a justiça.

**TABELA N.º 1**  
**Distribuição etária dos réus**

| <i><b>Faixa de Idade</b></i>          | <i><b>Quantidade</b></i> | <i><b>Porcentagem</b></i> |
|---------------------------------------|--------------------------|---------------------------|
| <i>10 a 20 anos</i>                   | <i>23</i>                | <i>15,7</i>               |
| <i>21 a 30 anos</i>                   | <i>38</i>                | <i>26</i>                 |
| <i>31 a 40 anos</i>                   | <i>22</i>                | <i>15</i>                 |
| <i>41 a 50 anos</i>                   | <i>11</i>                | <i>7,5</i>                |
| <i>51 a 60 anos</i>                   | <i>3</i>                 | <i>2</i>                  |
| <i>61 a 70 anos ou mais</i>           | <i>1</i>                 | <i>0,7</i>                |
| <i>Idade desconhecida ou ignorada</i> | <i>44</i>                | <i>30,1</i>               |
| <b>Total</b>                          | <b>146</b>               | <b>100</b>                |

Fonte: APERS, Processos Criminais, 1890 a 1909.

Observando a faixa etária dos ofendidos, percebo, por outro lado, grande concentração de indivíduos sem idade declarada, ainda assim é possível obter alguma tendência. Há predominância entre as faixas que vão de 21 a 30 anos (6,9%), seguidas pela faixa que vai de 10 a 20 anos (6,1%). A soma destas duas faixas representa 12,9% de ofendidos entre 10 e 30 anos, podendo ser constatada uma população predominantemente jovem entre os ofendidos, muito semelhante com a verificada entre os réus.

**TABELA Nº2**  
**Distribuição etária dos ofendidos**

| <i><b>Faixa De Idade</b></i>   | <i><b>Quantidade</b></i> | <i><b>Porcentagem</b></i> |
|--------------------------------|--------------------------|---------------------------|
| 10 a 20 anos                   | 8                        | 6,1                       |
| 21 a 30 anos                   | 9                        | 6,9                       |
| 31 a 40 anos                   | 4                        | 3                         |
| 41 a 50 anos                   | 4                        | 3                         |
| 51 a 60 anos                   | 2                        | 1,5                       |
| 61 a 70 anos ou mais           | 1                        | 0,8                       |
| Idade desconhecida ou ignorada | 98                       | 74,8                      |
| Total                          | 131                      | 100                       |

Fonte: APERS, Processos Criminais, 1890 a 1909.

Torna-se ainda mais significativa esta constatação se cotejada com os números percentuais encontrados na Tabela 2, referente às atividades profissionais ou ocupacionais dos réus. A diversificação das atividades urbanas ocorria de forma bastante rápida na cidade. Há a predominância de ocupações ou ofícios de remuneração diária (jornaleiros), como, por exemplo, operário, pedreiro, ferreiro.

**TABELA Nº3**  
**Distribuição ocupacional dos réus**

| <b>Profissão</b>             | <b>Quantidade</b> | <b>Porcentagem</b> |
|------------------------------|-------------------|--------------------|
| Administrador cia. Dramática | 1                 | 0,7                |
| Agricultor                   | 4                 | 2,7                |
| Agencivo                     | 1                 | 0,7                |
| Artista de teatro            | 1                 | 0,7                |
| Aspeçada                     | 1                 | 0,7                |
| Barbeiro                     | 2                 | 1,4                |
| Caixeiro                     | 1                 | 0,7                |

|                                 |    |      |
|---------------------------------|----|------|
| Condutor                        | 1  | 0,7  |
| Carpinteiro                     | 4  | 2,7  |
| Carroceiro                      | 3  | 2    |
| Chacareiro                      | 2  | 1,4  |
| Cobrador/jogo bixo              | 2  | 1,4  |
| Cocheiro                        | 2  | 1,4  |
| Comércio                        | 8  | 5,5  |
| Const. de piano                 | 1  | 0,7  |
| Doméstica                       | 3  | 2    |
| Embarcaçõo                      | 1  | 0,7  |
| Empregado companhia fantoche    | 1  | 0,7  |
| Empregado intendência           | 1  | 0,7  |
| Empregado público               | 1  | 0,7  |
| Ferreiro                        | 3  | 2,1  |
| Fogueteiro                      | 3  | 2,1  |
| Fotografo                       | 1  | 0,7  |
| Guarda livros                   | 1  | 0,7  |
| Industrialista                  | 1  | 0,7  |
| Inspetor polícia administrativa | 1  | 0,7  |
| Jornaleiro                      | 4  | 2,7  |
| Lavadeira                       | 1  | 0,7  |
| Maquinista                      | 1  | 0,7  |
| Marítimo                        | 6  | 4,1  |
| Mascate                         | 1  | 0,7  |
| Mecânico                        | 1  | 0,7  |
| Militar                         | 3  | 2    |
| Músico                          | 2  | 1,4  |
| Negociante                      | 9  | 6,2  |
| Nada consta                     | 39 | 26,7 |
| Operário                        | 3  | 2    |

|                 |     |     |
|-----------------|-----|-----|
| Ourives         | 1   | 0,7 |
| Padeiro         | 2   | 1,4 |
| Parteira        | 1   | 0,7 |
| Pedreiro        | 6   | 4,1 |
| Policial        | 2   | 1,4 |
| Praça municipal | 1   | 0,7 |
| Proprietário    | 2   | 1,4 |
| Prostituta      | 1   | 0,7 |
| Sapateiro       | 6   | 4,1 |
| Soldado         | 2   | 1,4 |
| C/problema      | 1   | 0,7 |
| TOTAL           | 146 | 100 |

Fonte: APERS, Processos Criminais, 1890 a 1909.

Em certa medida, a variedade de atividades profissionais verificadas entre os réus é igualmente percebida entre os ofendidos. Com algumas exceções, é possível observar semelhanças entre as duas tabelas a respeito das ocupações.

**TABELA Nº4**  
**Distribuição ocupacional dos ofendidos**

| <i>Profissão</i>   | <i>Quantidade</i> | <i>Porcentagem</i> |
|--------------------|-------------------|--------------------|
| Agente municipal   | 1                 | 0,8                |
| Bilheteiro         | 1                 | 0,8                |
| Carpinteiro        | 3                 | 2,3                |
| Chacareiro         | 1                 | 0,8                |
| Comércio           | 3                 | 2,3                |
| Const. De piano    | 1                 | 0,8                |
| Diretor de fábrica | 1                 | 0,8                |

|                   |     |      |
|-------------------|-----|------|
| Doméstica         | 1   | 0,8  |
| Empr. Adm. Jornal | 1   | 0,8  |
| Empr. Em fábrica  | 1   | 0,8  |
| Ferreiro          | 1   | 0,8  |
| Fogueteiro        | 1   | 0,8  |
| Jornaleiro        | 1   | 0,8  |
| Lavrador          | 1   | 0,8  |
| Negociante        | 2   | 1,5  |
| N/c               | 96  | 73,3 |
| Operário          | 1   | 0,8  |
| Pedreiro          | 3   | 2,3  |
| Pintor            | 1   | 0,8  |
| Praça municipal   | 1   | 0,8  |
| Proprietário      | 1   | 0,8  |
| Propr. De taverna | 1   | 0,8  |
| Sapateiro         | 2   | 1,5  |
| Veneiro           | 1   | 0,8  |
| Com problema      | 5   | 3,8  |
| TOTAL             | 131 | 100  |

Fonte: APERS, Processos Criminais, 1890 a 1909.

Ainda que a cidade de Porto Alegre tenha crescido em decorrência da consolidação, como grande mercado distribuidor e ao influxo da massa de imigrantes, a população pobre – continuamente engrossada por imigrantes internos e externos – tinha que lutar diariamente para obter a sobrevivência, seja mediante empregos formais ou na condição de ambulantes. Daí talvez se avenge para o risco eminente de conflitos por postos de trabalhos.

Por outro lado, o grande número de jornaleiros pode estar associado a práticas de maior controle sobre estas pessoas, que não possuíam atividade fixa e

que trabalhavam por jornada; uma vez que se vivia um período de desestruturação da sociedade escravista e da formação de um mercado de trabalho livre, cujo maior valor residia no trabalho. O trabalhador passava a merecer a preocupação do poder público, pois, temia que aquele fosse capitulado pelo vício do jogo, do álcool e da libertinagem. Dessa forma, o trabalhador passava a ser controlado pelo empresariado local nas áreas de sociabilidade. A modernização urbana e a racionalização do trabalho dependiam do trabalhador fiel às práticas ordeiras: pai de família, trabalhador dedicado e bom pagador. Tornava-se, portanto, essencial que novas formas de disciplinarização e submissão do trabalhador fossem formuladas e implementadas. Isso tornava aqueles que não possuíam trabalho fixo vinculados à imagem de vadios, desordeiros, turbulentos e uma variedade infindável de estereótipos.<sup>42</sup>

Quanto ao estado civil destes réus, observo que o número de solteiros é quase o dobro do número de casados, a saber:

**TABELA Nº5**  
**Distribuição dos réus quanto ao estado civil**

| <i>Estado Civil</i> | <i>Quantidade</i> | <i>Porcentagem</i> |
|---------------------|-------------------|--------------------|
| Casado              | 32                | 21,9               |
| Solteiro            | 61                | 41,8               |
| Viúvo               | 3                 | 2                  |
| Nada consta         | 46                | 31,5               |
| Total               | 146               | 100                |

Fonte: APERS, Processos Criminais, 1890 a 1909.

Embora se tenha um número significativo de ofendidos, em que nada consta sobre suas relações conjugais ou estado civil (73,3%), vale registrar o número de

<sup>42</sup> Ver, por exemplo, PESAVENTO, Sandra J. *Uma outra cidade; o mundo dos excluídos no final do*

indivíduos casados e solteiros: 11,4% e 9,9%, respectivamente. Se comparado o quadro estatístico dos réus e ofendidos, percebo uma curiosa inversão na preponderância numérica de casados e solteiros. Os solteiros são maioria entre os réus, enquanto os ofendidos destacam-se pela ligeira superioridade de casados.

**TABELA Nº6**

**Distribuição dos ofendidos quanto ao estado civil**

| <i>Estado Civil</i> | <i>Quantidade</i> | <i>Porcentagem</i> |
|---------------------|-------------------|--------------------|
| Casado              | 15                | 11,4               |
| Solteiro            | 13                | 9,9                |
| Viúvo               | 2                 | 1,5                |
| N/C                 | 96                | 73,3               |
| Total               | 131               | 100                |

Fonte: APERS, Processos Criminais, 1890 a 1909.

Ainda que os números mostrem uma preponderância de indivíduos que se diziam solteiros, a denominação amásia/amásio encontra-se freqüentemente nos processos criminais nas situações em que estas pessoas descreviam suas relações conjugais. Esta denominação sinaliza para uma tendência, por parte dos populares, em manterem relações conjugais sem a mediação do sacramento religioso. Silvia Arend constatou, em pesquisa sobre a família popular em Porto Alegre em fins do século XIX, a freqüência de relacionamentos conjugais no formato extra-oficial.<sup>43</sup>

Importa definir os fatores que caracterizavam o relacionamento conjugal identificado por amasiamento: os indivíduos que encontram-se regularmente, a

---

século XIX. São Paulo: Companhia Nacional, 2001.

<sup>43</sup> AREND, Silvia Maria Fávero. *Casar ou amasiar: a família popular em fins do século XIX*. Porto Alegre: UFRGS, 2001. Ver também versão reduzida AREND, Silvia Maria Fávero. *Casar ou amasiar: a família popular em fins do século XIX*. In: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; HAGEN, Acácia Maria

existência de "responsabilidades mútuas" entre o homem e a mulher, e a relação deveriam ser públicas para amigos, vizinhos parentes.<sup>44</sup> Isto demonstra não haver diferenças significativas entre os relacionamentos existentes, entre os casais que apenas se amasiavam e os que casavam.

Como explica Esteves, os populares tinham a expectativa de se casar, embora por diferentes razões não se consumasse a oficialização do matrimônio. Segue a autora:

Prefiro pensar num somatório de motivos, onde as dificuldades de sobrevivência, a ausência de propriedades e a instabilidade econômica somavam-se a um costume antigo e uma dificuldade de lidar com referenciais institucionais pertencentes a outras camadas sociais. mas ainda, as pessoas comuns que se amasiaram não apenas se adaptaram a uma circunstância de vida, muitas delas fizeram uma opção dentro de um universo cultural e, assim, agiram de acordo com as regras de conduta existentes.<sup>45</sup>

O que quero dizer, então, é que os grupos de populares viviam numa espécie de "encruzilhada" de culturas, dentre as quais a escolhida por eles nem sempre era aceita pela dominante. Mesmo existindo possibilidade legal do casamento e ainda o desejo de realizá-lo, os populares optavam pelo amasiamento, talvez, como forma de se manterem fiéis ao seu próprio mundo cultural.

Assiste-se, a rigor, um embate cultural entre visões de mundo distintas e que se manifestam de forma sutil nos processos criminais. A polícia e a Justiça, na condição de representantes oficiais do estado, omitem nos autos qualquer tipo de

---

Maduro (Org.). *Sobre a rua e outros lugares reiventando Porto Alegre*. Porto Alegre: Caixa Econômica Federal, 1995, p.7-17.

<sup>44</sup> Ver FONSECA, Cláudia. Pais e filhos na família popular (Início do século XX). In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988, p.96-111; MOREIRA, Paulo. S. *Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre (1868-1888)*. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993, especialmente o subcapítulo intitulado "Casa das Mulheres".

<sup>45</sup> ESTEVES, Marta. *Meninas perdidas*. Os populares e o cotidiano do amor na belle époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.190.

menção ao amasiamento, demonstrando assim a tentativa de imposição da norma dominante que é o casamento.

Com relação ao nível de instrução dos réus, estes sujeitos eram na sua grande maioria alfabetizados, conforme tabela 7:

**TABELA Nº7**  
**Distribuição dos réus pelo nível de instrução**

| <i><b>Nível De Instrução</b></i> | <i><b>Quantidade</b></i> | <i><b>Porcentagem</b></i> |
|----------------------------------|--------------------------|---------------------------|
| Sabe ler e escrever              | 42                       | 28,8                      |
| Não sabe ler nem escrever        | 14                       | 9,6                       |
| Somente assina                   | 1                        | 0,7                       |
| Nada consta                      | 84                       | 57,5                      |
| Total                            | 146                      | 100                       |

Fonte: APERS, Processos Criminais, 1890 a 1909.

Quanto ao grau de instrução dos ofendidos, existe uma predominância esmagadora de indivíduos sem instrução declarada, de maneira a dificultar uma comparação com os dados verificados entre os réus. De qualquer forma, constato uma incrível igualdade numérica entre alfabetizados e analfabetos, da ordem de 4,6%.

**TABELA Nº8**  
**Distribuição dos ofendidos pelo nível de instrução**

| <i><b>Nível De Instrução</b></i> | <i><b>Quantidade</b></i> | <i><b>Porcentagem</b></i> |
|----------------------------------|--------------------------|---------------------------|
| Sabe ler e escrever              | 6                        | 4,6                       |
| Não sabe ler nem escrever        | 6                        | 4,6                       |

|                |     |     |
|----------------|-----|-----|
| Somente assina | -   | -   |
| Nada consta    | 114 | 87  |
| Total          | 131 | 100 |

Fonte: APERS, Processos Criminais, 1890 a 1909.

Por força dos números inexpressivos, verificados no grupo dos ofendidos, minhas observações tomam como base os dados verificados apenas entre os réus; de sorte que o número de alfabetizados impressiona num primeiro momento por se tratar de réus oriundos, na sua grande maioria, dos grupos populares, que, por sua vez, eram alijados ou tinham menores condições de terem acesso aos bancos escolares. Mas, num segundo momento, já com um olhar mais acurado, posso pensar num certo exagero nesta numeração, pois os réus poderiam recorrer a tal expediente, como forma de se qualificarem perante à justiça.

Parece-me necessário aventar para um conjunto de preceitos morais/elitistas, que ganhava força no momento do julgamento e que as pessoas julgadas tomavam consciência. Isso permitia ao julgado manusear estrategicamente os argumentos criados na esteira do discurso elitista sobre seus comportamentos, de forma a oferecer sorrateiramente algumas respostas que seriam acolhidas de bom grado.<sup>46</sup>

Se de um lado, o réu alfabetizado qualificava-se perante a justiça, demonstrando um mínimo de apuro escolar, num período histórico de forte apelo à educação sob a batuta doutrinadora do positivismo castilhistas, por outro lado o sujeito que dispunha de tal quesito corria o risco de ter sua imagem abatida por conta da sua escolaridade. Isso porque o indivíduo instruído teoricamente dispunha de um conhecimento que o favorecia no controle dos seus instintos anti-sociais; ao contrário

<sup>46</sup> Para uma breve mas sugestiva análise a esse respeito ver CORRÊA, Mariza. *Morte em família*. Rio de Janeiro: Graal, 1983. Os sujeitos sociais (acusado, ofendido e testemunha), via de regra, têm suas falas orientadas pelos "manipuladores técnicos" com vista a adequar-se ao padrão de identidades sociais vigentes.

dos analfabetos que poderiam ser acusados de serem estranhos a práticas e representações sociais e por isso receberem por parte da justiça alguma benevolência.

## 2.2 O que dizer? Absoluções 44% versus 24% de condenações

No que diz respeito às sentenças atribuídas aos réus, percebo a predominância de absolvições (44%), seguidas pelas condenações (24%) e conclusões (24%), conforme tabela 9:

**TABELA Nº9**  
**Relação entre os réus e as sentenças atribuídas**

| <b>Sentença</b> | <b>Quantidade</b> | <b>Porcentagem</b> |
|-----------------|-------------------|--------------------|
| Absolvição      | 44                | 30,1               |
| Concluso        | 24                | 16,4               |
| Condenação      | 24                | 16,4               |
| Improcedente    | 18                | 12,3               |
| Nada consta     | 14                | 9,6                |
| Prescrito       | 9                 | 6,2                |
| Outros          | 13                | 8,9                |
| Total           | 146               | 100                |

Fonte: APERS, Processos Criminais, 1890 a 1909.

No entanto, é ainda mais importante atentar para a dissonância entre a atividade policial, como indicador de preocupações repressivas dos grupos dominantes e do aparelho do Estado, e a agência judiciária nas suas decisões. Volto a repetir: dos 146 réus apenas 24 receberam condenação.

É provável que o número expressivo de absolvições represente, segundo Daniela V. Carvalho, uma tendência por parte do sistema penal em "reprimir, levar aos tribunais e depois absolver". E mais: "que para os cidadãos em geral (aqueles que compunham os júris, por exemplo), já era punição suficiente para a maioria dos pequenos ou médios delitos cometidos (...)".<sup>47</sup>

É claro que sim: o que mais poderia ser? Os juízes constrangidos com tantos

maus tratos na cadeia (torturas, má alimentação, condições de insalubridade que levavam muitos réus a morte, a quebra de laços afetivos durante o tempo de confinamento) e mesmo o vexame causado pela exposição pública que a condição de denunciado lhes proporcionava (não pensemos que a honra e o orgulho sejam apenas atributos das elites), todas estas instâncias de humilhação e sofrimento eram consideradas como penas antecipadas de crimes não julgados.<sup>48</sup>

Este tipo de *pot-pourri* da dor provoca a benevolência do leitor que acolhe integralmente as justificativas acima. Entretanto, deve-se pensar o sistema penal como um conjunto integrado de agências de poder (legisladores, policiais, promotores públicos, juízes, médicos legistas), que teoricamente estão integradas, mas na prática nem sempre ocorrem tais ajustamentos.

Nesse sentido, é interessante observar que existe uma relação contraditória entre a criminalidade real, entendida no seu sentido de infração às normas do Código Penal, e a atividade policial, que extrapola em muito seu papel de prender eventuais criminosos, exercendo uma atividade de forte controle social. A primeira refere-se a um conjunto de normas abstratas e universais, elaboradas pelo poder legislativo. A segunda, por outro lado, consiste num modelo de controle social, no qual os

---

<sup>47</sup> CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Entre a solidariedade e a animosidade: Os conflitos e as Relações Interétnicas Populares (Santa Maria – 1885 a 1915)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005, p.115.

<sup>48</sup> *Ibidem*, p.115.

interesses dos grupos dominantes e médios são contemplados pelo poder executivo estadual através do monopólio da força.

Acredito serem valiosas algumas considerações a respeito da segurança pública, com o intuito de corroborar com as afirmações acima aventadas. Conforme Cláudia Mauch, a criação de uma instituição do Estado com a tarefa de vigiar, normatizar e punir a população é historicamente datável; surge junto com a sociedade burguesa e sua ética do trabalho.<sup>49</sup>

A polícia, de um modo geral, é definida como um conjunto das forças públicas destinadas a manter ou restituir a ordem social e garantir a proteção das pessoas e propriedades e a organização governamental tem por função prevenir e reprimir os delitos, assegurando a ordem pública (através da observância das leis) e a estabilidade do próprio Estado.

Importa lembrar que, a polícia apresenta uma divisão interna nas funções a serem cumpridas: administrativas e judiciárias. As primeiras destinam-se a prevenir as infrações penais através do policiamento ostensivo e da investigação de suspeitos. Já à polícia judiciária compete a investigação das infrações, com a instauração do inquérito.<sup>50</sup>

O curioso é descobrir com as fontes que todas estas definições na prática carecem de fidelidade. Os casos analisados a seguir sinalizam para as práticas

---

<sup>49</sup> MAUCH. Op. Cit. p.30. Os trabalhos de história específicos sobre a instituição policial não são muito numerosos, dentre os quais, destaca-se BRETAS, Marcos. *A guerra das ruas; povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. A produção acadêmica dos anos de 1980 constituiu-se, grosso modo, de pesquisas que analisam de forma tangencial a polícia. Ou seja, tais pesquisas ao tratarem de questões relacionadas ao crime e à criminalidade acabaram tratando inevitavelmente a polícia. Ver, por exemplo, CHALHOUN, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da "belle époque"*. São Paulo: Brasiliense, 1986; MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão*. São Paulo: Brasiliense, 1987; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d. Já na historiografia produzida no Rio Grande do Sul merecem registro MOREIRA. Op. Cit.; MONTEIRO, Rejane Penna. *A nova polícia. Guarda Civil em Porto Alegre (1929-1938)*. 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1991.

policiais ou militares, que adotam leituras particulares a respeito das situações cotidianas.

Gregório Bernardo da Silva, 30 anos, solteiro, pedreiro, gaúcho, estava na casa de negócio de João Becker, entorno da Praça Júlio de Castilhos, ajudando este a despachar a freguesia, quando adentrou no estabelecimento o soldado Antonio da Silva Rosa, 31 anos, solteiro, praça do exército, gaúcho, armado de facão metido por dentro das calças e dirigindo-se a ele pediu cachaça dizendo que não tinha dinheiro. Gregório mandou dar cachaça, em seguida pediu maço de cigarros e depois pediu fósforo. Ele foi dando para evitar maiores confusões. Gregório, então, tratou de retirar-se para casa situada na rua Castro Alves na Colônia Africana. Mas no caminho lembrou-se que tinha de passar num tal de Maneco Português. Nisso encontrou Antônio que dera uma grande pancada de facão em sua cabeça e roubou-lhe o relógio, corrente, maço de vales.<sup>51</sup>

Este impressionante flagrante de mau uso de autoridade nos fornece algumas informações. Primeiro, nota-se por parte da vítima um claro servilismo diante dos pedidos do soldado, principalmente se atentar para o fato deste avisar, de início, não dispor de dinheiro. Provavelmente, a vítima apresentou este tipo de comportamento, com vistas a evitar o confronto físico ou verbal com o réu.

Isso não é tudo, porém. O que Gregório faria se ao invés de ser um soldado fosse um indivíduo qualquer? Agiria de mesma forma servil e temerosa? Não sei. Mas se eu voltar para as limitadas informações do documento, talvez tenha algo mais a dizer.

O réu me pareceu agir, durante o tempo em que estivera no estabelecimento, com total destemor diante de qualquer atitude repressiva da outra parte. E mais: não

---

<sup>50</sup> Ibidem, p.31.

<sup>51</sup> RIO GRANDE DO SUL. Arquivo Público do RS (APERS). Processo criminal, Porto Alegre, maço 75, nº1828, 1895.

satisfeito com seus caprichos, momentos depois o réu agredira o mesmo sujeito sem qualquer motivo, roubando-lhe o relógio, a corrente e os maços de vale. Conforme depoimento da vítima na delegacia, os atos de violência praticados por Antonio poderiam ser fatais, se não fosse a presença de pessoas no local.

Eis o que importa anotar: as atitudes de Antônio expressam uma tentativa de transformação enérgica, do universo de normas de sua instituição para o mundo das relações concretas, pessoais e biográficas. Entretanto, essa passagem do mundo das normas para o mundo do empírico pode apresentar uma dramaticidade nem sempre bem sucedida.

Isso fica claro nas atitudes truculentas do réu que, possivelmente, fizera uma interpretação um tanto equivocada da sua condição de militar. Ou seja, se sentira no direito de ordenar a vítima a trazer uma cachaça sem efetuar o pagamento, por se tratar de um integrante de uma instituição detentora do poder da violência.

Marcos Bretas explica que a polícia desenvolve relativa autonomia na sua intervenção na sociedade, arriscando se afastar dos projetos de ordenação expostos pelo Estado ou pelos grupos dominantes. Mesmo com a formação de uma corporação que guarda comportamentos e objetivos comuns aos seus membros, a prática policial é balizada, tanto pela lei e normas da própria instituição quanto pela sua própria interpretação do acontecimento e dos indivíduos nele envolvidos.<sup>52</sup>

No caso seguinte, o praça da guarda municipal Henrique Asensi, acompanhado de outro praça, patrulhavam a região da Azenha, quando avistaram na rua da Azenha um baile de crianças em uma casa de família. Dispostos a observarem de perto o referido baile dirigiram-se ao local encontrando na parte de fora o sargento do 7º Batalhão da Guarda Nacional José Duarte Netto e um cabo de nome desconhecido. O sargento, que se achava embriagado, dirigiu-se à vítima

---

<sup>52</sup> BRETAS. Op. Cit., p.9

Henrique e mandou que conduzisse o cabo preso. Henrique dissera que não o faria, porque o cabo nada tinha feito e mesmo porque tinha ordem de seu comandante de não se envolver com praças de outros corpos. "Ao que o mesmo sargento disse – voçe não quer prender porque voceis são uns gafanhotos muito safados e mais desaforos". Henrique procurou se retirar, quando foi ferido por uma faca.<sup>53</sup>

Num instante, poderia-se pensar num casual desentendimento entre corporações distintas, acerca de um delito e dar por encerrada a análise deste processo. Porém, ao que tudo indica, o sargento da Guarda Nacional exigiu, com o mesmo ímpeto que vocifera aos seus soldados e cabos de caserna, a prisão do cabo de sua corporação, pelo praça da Guarda Nacional.

No entanto, o praça da Guarda Municipal se recusara alegando receber ordens de seus superiores em não prender integrantes de corporações distintas. O sargento, talvez não habituado com o descumprimento de suas ordens, retorquira com palavras ofensivas ao ato do praça.

Como não é nenhuma surpresa entre nós contemporâneos, os conflitos entre policiais municipais e membros de outras corporações militares também eram bastante comuns no início da República. Segundo Marcos Bretas, um dos principais problemas da polícia da cidade do Rio de Janeiro era a disputa com outras instituições (Militares do Exército e Armada, guardas nacionais e noturnos, policiais militares), pelo monopólio da força. Para o autor, este problema deve-se à falta de definição das funções específicas das diversas corporações que, de fato ou de direito, desempenham a função de polícia na cidade.<sup>54</sup>

Apesar dos conflitos não serem na mesma proporção nos ocorridos no Rio de Janeiro, Cláudia Mauch aponta para a existência de preocupações por parte das

---

<sup>53</sup> RIO GRANDE DO SUL. Arquivo Público do RS (APERS). Processo criminal, Porto Alegre, maço 74, nº1802, 1894.

<sup>54</sup> BRETAS. Op. Cit., p. 52-72.

autoridades em reorganizar a instituição policial, com o intuito de definir mais precisamente as funções dos policiais, sobretudo se relacionarmos com a instabilidade política do Estado do Rio Grande do Sul.<sup>55</sup>

Assim sendo, a história da instituição policial e as subjetividades dos seus membros se cruzam de forma direta e indireta com os projetos e verdades de uma época. A instituição policial só tem sentido se pensada a partir das relações entre esta, a sociedade e o Estado.

Então, se trazer para o contexto rio-grandense, e mais especificamente em Porto Alegre, no alvorecer da República<sup>56</sup>, ver-se-á uma história de muitas crises políticas entre os ex-liberais liderados por Gaspar Silveira Martins e os republicanos de orientação positivista, pertencentes ao Partido Republicano Riograndense (PRR). Os problemas políticos que se seguiram à proclamação da República no sul do Brasil devem-se, em grande parte, à ascensão do PRR, de matiz positivista, que fechara suas portas para o Partido Liberal, futuro Partido Federalista, e somente dera guarida aos membros do Partido Conservador.

Os postulados positivistas tornam-se mais presentes quando foi aprovada a Constituição Estadual de 1891. A partir desse momento, "o positivismo político extravasa o PRR e se impõe a todas as elites políticas como fonte de referência inevitável para qualquer debate político relevante".<sup>57</sup> A Constituição Estadual definiu a forma personalística de fazer política. Castilhos preocupou-se em montar uma sólida máquina de controle político dentro do Estado, de maneira a se impor como personalidade esclarecida pela ciência social na estruturação racional da sociedade.

---

<sup>55</sup> MAUCH. Op. Cit., p.144-146.

<sup>56</sup> Ver, por exemplo, CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas. : o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, cujo autor debruça-se sobre o momento de implantação da República, discutindo a querela ideológica-político-simbólica que se segue com o novo regime.

<sup>57</sup> BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, José H. e GONZAGA, Sergius. RS: cultura e ideologia. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996, p.30.

Como bem aponta Ricardo Vélez Rodríguez, o governante castilhista deve exercer a tutela da sociedade com o objetivo de moralizar as forças sociais.<sup>58</sup>

No entanto, a partir do momento que o PRR assume a posição de destaque na força política local, inicialmente encabeçada nos tempos de império pelos liberais, eclode uma seqüência interminável de conflitos que se arrastam até os anos de 1895, com o fim da Revolução Federalista.

Com o apoio do Exército e de Floriano Peixoto, os republicanos finalmente assumem o governo num cenário menos belicoso. Mas os tempos de violência deixaram profundas marcas no imaginário político gaúcho, como, por exemplo, a truculenta revolta da degola que polarizara o estado entre maragatos (federalismo-parlamentarismo) e pica-paus (castilhismo-presidencialismo ditatorial), bem como exaurira os cofres do governo do Estado. Sem dúvida, tais acontecimentos provocarão um excesso de preocupação por parte de Júlio de Castilhos, com questões relacionadas à ordem. Isso fez com que as primeiras providências do governo se dirigissem ao aparato militar, com vistas a garantir o cumprimento de seu projeto para o Estado.<sup>59</sup>

Castilhos tratou de dar forma às atividades do Estado, baseando-se na grande centralização do poder político, cuja autoridade constitucional lhe dava poderes ditatoriais, ordenou seus órgãos e reformou a máquina que herdara, desajustada, do tempo da monarquia e dos primeiros governos republicanos. Na medida do possível, Castilhos fez com que o Estado vencesse a desordem política e se estabilizasse sócio-economicamente.<sup>60</sup> Deve-se ainda ter em conta que, ao longo dos períodos governamentais no estado (Castilhos-Borges-Vargas), o positivismo, enquanto fonte inspiradora de conduta político-administrativa, foi sofrendo alterações, mas sempre

---

<sup>58</sup> RODRIGUES. Op. Cit., p.95.

<sup>59</sup> PINTO, Céli Regina J. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS:1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986, p.27-29.

<sup>60</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. 4 ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1996, p.147-156.

no sentido de encontrar formas políticas de garantir a manutenção de um grupo no poder.

Ora, como não poderia deixar de ser, a capital sulina igualmente sentira a instabilidade política nos anos iniciais da República. Porto Alegre teve sete governantes municipais entre 1890 e 1897, ano em que José Montaury assume governando por 27 anos. É importante lembrarmos que os Intendentes de Porto Alegre exercem posição estratégica no projeto do PRR. "Os intendentes municipais são elementos de proa na consecução do projeto. A constituição Estadual de 1891 fornece os meios necessários para o governo do Estado controlar os municípios (...)".<sup>61</sup>

Enfim, uma das essenciais atribuições do Estado castilhista é moralizar os indivíduos com vistas a manter a ordem necessária para a permanência das instituições republicanas. Cabe então a pergunta: – de que forma obteria êxito? Organizando as instituições policiais para investirem contra qualquer indivíduo que pudesse colocar em risco a ordem republicana.

### **2. 3. Do crime à liberdade: crime sexual**

Uma análise pormenorizada dos processos criminais, cujo desfecho é a absolvição, demonstrará a predominância de crimes sexuais e de crimes de menor monta, como por exemplo, lesões corporais. Os crimes menores, na sua grande maioria, estão relacionados a alterações verbais e/ou físicas, motivadas geralmente pela embriaguez, por dívidas, por ciúmes, entre outros, já os crimes sexuais estão relacionados ao defloramento e imoralidade (prostituição).

---

<sup>61</sup> BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p.39. Ver também BAKOS, Margaret Marchiori. *O continuísmo administrativo no governo*

### 2.3.1 Coisas de mulher (parte 1): defloramento

Os casos de defloramento caracterizam-se pela enorme diferença entre criminalidade real e criminalidade apurada, em consequência de fatores como a resignação, as composições entre as partes, que vão da indenização em dinheiro ao casamento, a tendência da vítima a evitar vexames tornando pública a perda de virgindade.

Antes de passar adiante com a análise cuidadosa de alguns processos criminais, desejo destacar que a grande maioria dos delitos sexuais, mais precisamente os que tratam de defloramento, apresenta uma curiosa estrutura de enredo definida em três campos: a heroína (ou vítima), o antagonista (ou réu) e as convenções sociais (ou casamento). Essa geometria triangular dos processos criminais se parece em muito com a literatura realista de Honoré Balzac.

Os seus personagens invariavelmente sucumbiam às tentações mundanas, como, dinheiro, usura e hipocrisia familiar. Esta sobredeterminação social adquire nos romances balzaquianos uma importância estratégica no desenvolvimento do enredo. Seus personagens podem enriquecer, mas jamais encontram o que realmente querem, pois, nessa cadeia triangular da vida social, a idéia de um objetivo inicial perde sentido, ao longo do caminho percorrido, para outras tentações, o Terceiro. "O Terceiro, explica Franco Moretti, entra nesses romances como força de mediação social: e então – passagem decisiva – a própria mediação se torna a verdadeira protagonista da Comédia humana".<sup>62</sup>

Eis o que eu queria dizer – os processos criminais relativos ao defloramento contêm algo de Balzac. Histórias como a de Lídia e Antônio, Alzira e Hugo tratam dos mesmos dramas humanos vivenciados na ficção: menina foi seduzida pelo seu

---

municipal de Porto Alegre: 1897-1937. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, v.13, n.2, p.161-194, dez. 1987.

<sup>62</sup> MORETTI, Franco. *Atlas do romance europeu 1800-1900*. São Paulo: Boitempo, 2003, p.118.

noivo e deflorada mediante promessa de casamento. O noivo, após satisfazer sua libido, foge sem deixar paradeiro, deixando desconsolada a vítima. Passados alguns meses, a vítima, preocupada com possíveis abalos em sua reputação, decide comunicar ao pai e/ou à mãe do infeliz episódio. Imediatamente, o responsável apresenta denúncia à promotoria ou mesmo à delegacia, com o intuito de obter alguma alternativa para o caso: prisão ou casamento. Na grande maioria das vezes, o acusado opta, é claro, pelo casamento pois trata-se apenas de um mal menor diante da ameaça de perda de liberdade.<sup>63</sup>

Mas qual, afinal, a relação entre as repetidas histórias encontradas nos processos criminais e os romances realistas de Balzac? Penso que ambos ensinam, sobretudo, que é preciso colocar o clássico (ou o enfadonho) dualismo indivíduo/sociedade – algo básico na tradição do pensamento ocidental moderno – no seu devido lugar, como um tema ainda a ser discutido.<sup>64</sup>

Os romances produzidos por Balzac guardam claramente à polaridade kantiana entre sentimento e razão. Esse dualismo mereceu de Durkheim um artigo pioneiro intitulado "Representações Individuais e Representações Coletivas" (1898), em que o dualismo indivíduo/sociedade se fazia análogo ao dualismo célula/cérebro, para a demonstração final da preeminência da totalidade sobre a parte.<sup>65</sup> Nesse sentido, Balzac reitera a oposição entre a "nossa individualidade" e "tudo aquilo que em nós exprime fortemente algo além de nós mesmos".

A sobredeterminação do social aparece com todo o vigor na obra do romancista francês, que influenciaria várias gerações de escritores. Mas, exatamente

---

<sup>63</sup> Conforme PESAVENTO. Op. Cit., 2001, p.256, o defloramento "podia ser crime definido em lei, mas o tratamento jornalístico e o desfecho dos casos parecem apontar que, uma vez reparado o mal, pelo casamento dos fujões, desaparecia a culpa."

<sup>64</sup> Ver, a propósito, DUARTE, Luiz Fernando D. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/CNPq, 1986, especialmente capítulo II e IV que trata, grosso modo, do dualismo indivíduo/sociedade dentro do pensamento ocidental moderno; e VELHO, Gilberto. Op. cit., p.39-54.

<sup>65</sup> DURKHEIM, Émile. *Sociologia e Filosofia*. São Paulo: Ícone Editora, 2004, p.09-43.

por força desta prevalência, Balzac revela os desdobramentos do agente empírico inserindo-se em uma cultura, sendo socializado e construído de acordo com modelos e representações vigentes.

A simples leitura dos processos criminais mostra o quanto é comum a sobredeterminação social ganhar forma e força sobre os destinos dos indivíduos. As jovens meninas foram vítimas da astúcia dos homens dispostos a satisfazerem seus desejos sexuais, com palavrórios e 'choramingos' que invariavelmente circundavam o assunto casamento.

O caso de Lídia Pereira da Costa, 17 anos, solteira e Antonio da Silva Santos, 29 anos, solteiro, pedreiro, português expõe as agruras da vida: na noite do dia 8 de outubro de 1893, Lídia enchia-se de cuidados com a mãe doente, quando de costume apareceu na soleira da porta Antônio. Prontamente, o casal começou a conversar amenidades que se estenderam (não sei de que forma!) até as 23 horas.

No entanto, Lídia verificou que ao partir o seu noivo esqueceram o lenço. Sem pestanejar, correu aos gritos atrás de Antônio que retornara, juntamente com ela, para o interior da casa. Ali, Lídia foi pega com força e deflorada.

Antes de comunicar a sua mãe achou melhor esperar o cumprimento da promessa de casamento mantida por Antônio. Sem receber qualquer tipo de sinal da parte dele, tomou a difícil decisão de comunicar a sua mãe e à promotoria. Os trâmites processuais seguiram seu curso, quando Antônio numa atitude de medo decidiu estabelecer laços matrimoniais com a vítima. Imediatamente, o processo foi extinto e o casamento realizado.<sup>66</sup>

Percebe-se, como na ficção balzaquiana, o indivíduo sendo "arrastado" pelas convenções sociais, denunciando a precariedade do agente empírico. Lídia, após ser

enganada e obrigada pelo seu noivo a manter relação sexual, viu-se na eminência de ser ridicularizada pela perda da virgindade.

O delito sexual – tipificado no Código Penal de 1890 – é público e, portanto, retira sua significação, elabora sua ideologia e realiza seu destino na esfera coletiva, existindo como tal por ser algo culturalmente compartilhado, ou melhor, dito. Os tipos de crimes são investidos de valores socialmente utilizados, para expressar categorias e princípios, cultivar ideais, fixar e sustentar padrões de conduta, enfrentar mudanças ou criar permanências.

O crime sexual contra a mulher, por ser algo praticado historicamente, coloca em pauta alguns pressupostos básicos: por exemplo, a desigualdade entre os sexos e o controle da sexualidade feminina pelas instituições do casamento e da família.<sup>67</sup> É claro, que tais considerações carecem de ajustes pois seria forçoso demais ver em toda a legislação repressiva no campo sexual o reflexo do controle da sexualidade feminina, encarnada num corpo e mente inferiores, sujeita a investida masculina, cujos limites a lei vem definir.<sup>68</sup>

E isto não esgota as razões pelas quais os crimes sexuais são traçados. Através da definição dos crimes de estupro (artigo 269) – ato pelo qual o homem abusa com violência de uma mulher, seja virgem ou não –, e de defloramento (artigo 267) – atitude na qual a mulher de menor idade é deflorada, mediante sedução e engano –, o código penal não só trata de proteger a honra individual da mulher mas, principalmente, visa garantir ao marido e/ou à família a estabilidade necessária para a manutenção das instituições sociais celulares: casamento e família.<sup>69</sup> Estamos,

---

<sup>66</sup> RIO GRANDE DO SUL. Arquivo Público do RS (APERS). Processo criminal, Porto Alegre, maço 73, nº1797, 1893.

<sup>67</sup> Segundo COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, a relação assimétrica entre homem-mulher era referendada pela medicina da época, de modo que o homem exercia dominação completa sobre a mulher submissa.

<sup>68</sup> FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano; a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2004, p.194.

<sup>69</sup> *Ibidem*, p.194-196.

assim, diante de uma concepção tipicamente masculina, a respeito dos crimes sexuais em mulheres.

O crime de defloração também revela a preocupação central da sociedade com a honra materializada em uma peça anatômica – o hímen – e com a proteção da vagina. O hímen significa um controle biológico da sexualidade feminina que possibilita, por parte da sociedade num modo geral, a distinção entre as mulheres puras e impuras.<sup>70</sup>

De outra feita, a mulher acaba interiorizando o dever de preservar o "selo" da virgindade como valor primeiro de sua imagem de boa moça. Com isso, é o próprio enquadramento moralista que instaura o mecanismo que libera o contraste entre indivíduo e sociedade. Entretanto, penso na possibilidade de retirar o indivíduo desta letargia teórica e conceder um mínimo de confiança para alguns dos seus atos.

E para isso, não preciso lançar mão dos ilusionismos acadêmicos, como citações livrescas e incursões por outras searas do conhecimento. Farei uso, preferencialmente, do documento para sinalizar o "ingresso" do indivíduo neste mundo, agora dotado de qualidades e vontades. De fato, ao privilegiar a subjetividade e sociabilidade, estou sugerindo o retorno, à retomada de discussões antigas, mas que estão longe de terem sido esgotadas.

Pergunto: – eu sou o que os outros acham que sou? Sou o conjunto dos diversos papéis que desempenho? Ou mais – minha visão de mundo é independente a tudo e a todos? Enfim, trata-se da querela entre identidade social e individual, que merecerá minha atenção a partir de agora.

---

<sup>70</sup>Ibidem, p.201.

Para não ir muito longe, citarei o caso de Cassiano Lacerda, 21 anos, carroceiro, natural do Rio Grande do Sul e Antonina Maria da Conceição, 12 ou 16 anos.<sup>71</sup>

O 2º Promotor Público d'esta comarca, no desempenho de suas attribuições, vem denunciar a Caciano (sic) Lacerda, pelo facto delictuoso que passa a expor:

Anna Lucinda Marcellina, viúva, de condição miseravel, apresentou-se à delegacia de policia, no dia 30 de janeiro do corrente anno, queixando-se de que sua neta Antonina Maria da Conceição, menor de 12 annos, conforme prova com a certidão de fls., fôra, em principios de dezembro do anno findo, deflorada por Caciano Lacerda que lhe promettia casamento".

Este breve relato do promotor público, a respeito das condições econômicas vivenciadas pela vítima e pela avó, denuncia a fragilidade de ambas diante do mal intencionado noivo. E expõe de forma sutil a imagem da mulher em condições bastante desfavoráveis em relação ao homem.

Autores, como, Boris Fausto, costumam relacionar os casos de defloramento com a desestruturação ou ausência de um grupo protetor. Apoiado em sólidas informações empíricas, Fausto chega a dizer que as figuras maternas e, sobretudo paternas, asseguram maior "preservação" da honra dos filhos do sexo feminino.<sup>72</sup>

O problema recaí na ausência da figura típica protetora/repressora, que dá vazão a possíveis investidas masculinas; ao mesmo tempo, que abre caminho para a "liberdade" feminina. Talvez, o caso de Antonina guarde uma mistura destas duas possibilidades explicativas; haja vista receber os cuidados da avó que possui idade bastante avançada para a época, 90 anos, bem como dispor de relativa liberdade e privacidade em receber o noivo por diversas vezes em sua casa. Segue abaixo o depoimento da avó, Anna Lucinda Marcellina:

---

<sup>71</sup> RIO GRANDE DO SUL. Arquivo Público do RS (APERS). Processo criminal nº175, Porto Alegre, maio 8, 1908.

<sup>72</sup> FAUSTO. Op. Cit., p.221-226.

[...] que em dezembro do anno proximo findo Cassiana Lacerda foi a casa de sua avó, á rua São Francisco, as 3 horas da tarde mais ou menos, e encontrando a declarante só e dormindo a acordou e deitou-se na sua cama e a deflorou e logo após retirou-se para a rua; que depois de deflorada teve copula-carnal com elle mais 4 vezes em dias diversos; que Cassiano era seu namorado havia muito tempo e que prometeu casar-se com ella logo que voltasse da sua viagem á Tramandahy. Interrogado Cassiano Lacerda, disse que frequentava a casa de Anna Lucinada Marcellina, mas que nunca teve copula-carnal com a neta desta Antonina Maria da Conceição, (...).

Segue o depoimento da vítima:

que era namorada do denunciado e que a convite de uma irmã deste foi passar uma semana, no arraial de São José, em casa dos pais do denunciado; que o denunciado nessa ocasião, promettendo casar-se com o depoente, deflorou-a; (...)"

Disse também que o denunciado fugiu ao prometido e que após a primeira relação ocorreram algumas outras, confirmando, assim, o depoimento da avó. Posteriormente, o réu prometeu casar-se com a vítima, dando assim por encerrado o processo criminal.

Não resta dúvida de que a existência de uma família traga condições favoráveis para o desenvolvimento das crianças. Mas seria temeroso estabelecer uma relação direta entre os casos de defloramento e ausência de família nuclear. Nos demais processos analisados por mim, a freqüência de casos com vítimas sem família nuclear é muito pequena. Sem contar, que eu estaria considerando os preceitos de virgindade, de casamento oficial e de família nuclear enraizados em todas as camadas sociais.

De fato, a figura de proa da família e da sociedade civil burguesa oitocentista é toda ela dominada pelo pai.<sup>73</sup> Porém isso não permite que se façam ajustes automáticos com os demais grupos sociais. Mariza Corrêa, por exemplo, atenta para a impossibilidade de discorrer sobre a família brasileira sem antes "dar conta de uma tensão permanente entre os impositores de uma ordem pré-definida e aqueles que a resistem cotidianamente."<sup>74</sup>

Isso fica bem claro nos casos em que o próprio pai age de forma violenta contra os seus do sexo feminino. Acho que estou sendo claro. Mas repito: a existência de pais que, mediante o uso da força física cometem o incesto (para não dizer o estupro).<sup>75</sup>

Mas, eis o que eu gostaria de dizer, com todas as agruras da vida, Antonina soube, por incrível que pareça, administrar suas ações, suas escolhas, suas condutas dentro dos limites socioculturais. Parece exagero da minha parte, sugerir que as ações da vítima, por mais que estejam vinculadas a um conjunto mais abrangente de valores e representações, não possam aqui merecer um forte halo de escolha, de liberdade.<sup>76</sup>

---

<sup>73</sup> PERROT, Michelle. Figura e papéis. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada; da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, vol.4, p.121-132.

<sup>74</sup> CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: vários autores. *Colcha de retalhos*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p.35. Ver também FONSECA. Op. Cit., 1988.

<sup>75</sup> Alguns autores costumam vincular as relações incestuosas às condições habitacionais promíscuas, é o caso, por exemplo, de SOUZA, LAURA DE Mello e. *Desclassificados do Ouro; a pobreza mineira no século XVIII*. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990, p.158: "O incesto era outra consequência da promiscuidade, das casas excessivamente pequenas para os numerosos moradores que nelas conviviam, deitados em poucas camas, repartindo cômodos" ; e FAUSTO. Op. Cit., p.231-2. Entretanto, na maioria dos processos criminais analisados não foi possível identificar em que condições viviam as vítimas.

<sup>76</sup> DURKHEIM. Op. Cit., fala de representações coletivas, no plural, para se referir aos diferentes estados da consciência coletiva. Esta, segundo o autor, exprimiria o modo pelo qual o grupo se concebe a si mesmo em suas relações com os objetos que o afetam, mantendo sua especificidade e independência em relação às consciências individuais.

Dirá alguém que Antonina é somente vítima – e ponto. De acordo, nem importa no momento. O que estou a sugerir é que existem, algumas vezes, muito mais mentiras nos fatos e verdades nas narrativas, do que supõe a nossa pretensa astúcia. Em outros termos, tudo isso se apresenta de forma mais completa se, em vez de limitar-me a procurar uma resposta para o ato vil do acusado, procurar na própria vítima elementos que corporificam o defloramento.

Acho que não estou sendo claro. Mas repito: o fato de Antonina ter sido deflorada por seu noivo não esgota a riqueza de interpretações que uma narrativa pode oferecer, pois em depoimento na delegacia, Anna Lucinda – avó da vítima – afirmou que sua neta mantivera mais de uma vez relações sexuais com Cassiano Lacerda. E parece que nenhuma das vezes Cassiano fizera uso da força física para a realização da "cópula-carnal".

Isso não é tudo, porém. Antonina apresenta uma liberdade bastante alargada para os padrões burgueses da época. A testemunha Alice Pereira Gomes, em seu depoimento, declara que Cassiano ia seguidamente à casa de Anna Lucinda e que namorava uma neta desta de nome Antonina.

(...); que em dezembro do anno proximo passado, uma tarde as 3 ½, mais ou menos, viu Lacerda entrar em casa de Lucinda; que ella declarante entrou logo atraz e viu Lacerda deitado na cama com Antonina e pouco depois elle sahiu pelos fundos da casa".

O testemunho de Celso José de Moraes confirma as narrativas acima, exceto no que se refere ao local do delito: "que sabe que Lacerda havia deflorado Antonina em uma casa São José"; disse, finalmente, que Antonina foi sempre muito séria e bem comportada e que o único homem que entrava em casa de Anna era Cassiano Lacerda.

Mesmo que o testemunho de Celso José deixe claro que Antonina era uma mulher "muito séria e bem comportada", não invalida o fato de a vítima ter incursionado sozinha para a casa do noivo. O que, no entanto, é ainda mais importante, é que em todas as narrativas a vítima parece apresentar bastante liberdade com o seu noivo – refiro-me para as situações de privacidade que o casal de noivos dispunha, tanto na casa da avó quanto na de Cassiano.

Em relação ao defloramento, se foi na casa de um ou de outro é o que menos importa, pois o fundamental é atentar para a disponibilidade de ambos para questões afetivas. Ainda que a avó estivesse com idade avançada e possivelmente com sua autoridade bastante enfraquecida, em nenhum dos depoimentos ficou clara a existência de qualquer tipo de inconformidade acerca dos hábitos da neta.

Outro fator, não menos importante, é que o casal dispunha de toda privacidade e liberdade para ir e vir em ambas às casas. É possível aventar, por que não, para a possibilidade de Antonina ter consciência de seus atos e de estar realizando suas vontades afetivas e sexuais, sem a menor preocupação com possíveis condenações morais.

Talvez, temendo a perda de Cassiano, utilizou o expediente do casamento como forma de restituir o seu relacionamento amoroso, pois, como se viu, em momento algum ficou patente a preocupação da vítima com possíveis difamações ou mesmo durante o relacionamento que alguém pudesse saber das investidas sexuais.

Então fica a pergunta: Antonina sofreria tais investidas masculinas se existisse a figura paterna? Ou, por outra, a figura paterna imporá alguns limites a sua liberdade? Por último, valores de virgindade, casamento e família nos grupos populares permanecem os mesmos nos grupos aburguesados?

O fato é que pesquisas que têm sido feitas sobre assuntos e temas os mais variados, como família, sexualidade, religião, entre outros, sinalizam para a

existência de representações e vivências muito díspares dentro da sociedade. O reconhecimento de formas alternativas de vida familiar e sexual pode resultar na identificação de códigos e mapas de orientação bastante opostos aos modelos tradicionais dominantes.<sup>77</sup>

Ao salientar a diversidade e a heterogeneidade não pretendo descartar, de início, a idéia de uma cultura brasileira, mas creio que há riscos de retificá-la e, com isso, ter uma visão imobilista da sociedade. A questão, naturalmente, é de sua eficácia conceitual, de sua instrumentalidade, de sua capacidade de gerar conhecimento novo.

De toda sorte, o ponto que creio ser mais relevante para esta discussão é a vivência individual da heterogeneidade. Mesmo relativizando o potencial dos indivíduos, cabe anotar que é ao nível das biografias de indivíduos específicos que encontramos com mais vigor e dramaticidade a coexistência de orientações e códigos diferenciados. Isso porque nessas biografias assinalam-se trajetórias e papéis complexos, em que oposições simples do tipo holista *versus* individualista, sociedade *versus* indivíduo são percebidos como constituintes das identidades individuais, com tudo que possa haver de mais dramático e paradoxal.

### **2.3.2 Coisas de mulher (parte 2): prostituição**

Para encerrar esta seção destinada à mulher, é preciso tratar de outro crime, igualmente importante no que se refere aos limites morais de uma época. Embora verifiquemos a existência de apenas dois casos que tratem de prostituição/imoralidade,

---

<sup>77</sup>Ver, por exemplo, AREND. Op. Cit., 2001; MOREIRA. Op. Cit., 1993; ESTEVES. Op. Cit.; CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; GINZBURG. Op. Cit.; DARNTON. Op. Cit..

seria por demais leviano pensá-los de forma independente e isolada dos crimes sexuais.

À primeira vista, a sugestão de relacionar os crimes sexuais com os crimes de prostituição/imoralidade soa perigosamente vago, por se tratarem de tipos delituosos distintos. Entretanto, ambos têm como alvo a guarda de alguns valores: honra, respeito, dignidade. Estes princípios estão de alguma forma ligados às questões sexuais. Lembro, sem insistir, pois é algo já tratado, da preocupação por parte da legislação em assegurar um mínimo de controle sobre os comportamentos sexuais dos indivíduos.

Isso me faz pensar que a prostituta atua como um delimitador de certos padrões e/ou convenções, que definem a sociedade por contraste. É claro que não é possível deixar de problematizar essa ordem moral porque ela é sempre resultado de um processo de negociação entre forças desiguais. Entretanto, não há como negar a existência de certas conjunturas ou períodos em que determinadas crenças e princípios têm maior aceitação.<sup>78</sup>

O problema da prostituição mereceu destaque na pauta das iniciativas reformadoras do Poder Público. A prostituta afrontava no seu comportamento desregrado, não apenas as famílias da elite que se viam obrigadas a transitar por entre a "imundície" mas, sobretudo, o trabalhador que poderia ser desvirtuado pelo "mau exemplo".

No processo criminal cujo réu foi acusado de promover a imoralidade na rua Sete de Setembro fica patente a idéia de que os hábitos promíscuos e torpes das prostitutas corrompiam os valores burgueses. O subintendente informa ao promotor público a denúncia feita pelos moradores/vizinhos do botequim "A Flôr de Porto Alegre", cujo proprietário "entrega-se ao mais escandaloso comércio de prostituição

as infelizes mulheres da vida pública. Induzido-as (ilegível) de suas misérias a empregarem-se no tráfico da prostituição." A rua parecia particularmente perigosa, ameaçadora aos bons costumes, na afirmação de uma das testemunhas: "chegando a imoralidade ao ponto de chamarem os transeuntes para com elas terem relações sexuais. Disse finalmente, que os fatos acima expostos reproduzem-se diariamente, (ilegível) quase impossível a freqüência de famílias n'aquele ponto, (...)."79

Este discurso moralizador estava presente também na imprensa da época em Porto Alegre. Destinavam-se, invariavelmente, para o Poder Público (municipalidade e polícia) os reclames acerca da prostituição. No caso d'*O Independente*, analisado por Claudio Elmir, identifico uma oscilação entre o elogio e a crítica a estes Órgãos do Estado, pela sua omissão ou ação saneadora moral da cidade.<sup>80</sup> O que se torna intolerável para o jornal é que certas atividades estejam expostas ao olhar de "famílias"; o fato de a prostituta representar o oposto da imagem consensualmente aceita para a mulher – "nascida encantadora menina, crescia filha extremosa, tornava-se casta donzela para um dia tornar-se esposa amantíssima e mãe exemplar, acabando seus dias como bondosa avó"<sup>81</sup> – estaria transmitindo não só males físicos como também da degeneração moral.

Magali Engel analisa a prostituição no Rio de Janeiro nos anos de 1840 a 1890 através do discurso médico. O seu trabalho traz à luz o problema da prostituição como sendo uma questão médica, que se legitima pelo cientificismo. A autora constata a existência de dois projetos, preocupados com a prostituição: o discurso de regulamentação, através de medidas higiênicas e policiais, ou o discurso

---

<sup>78</sup> GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais; morfologia e história*. São Paulo: Companhia das letras, 1989, p.171.

<sup>79</sup> RIO GRANDE DO SUL. Arquivo Público do RS (APERs). Processo criminal (sumário), Porto Alegre, maço 2, nº39, 1898.

<sup>80</sup> ELMIR. Op. Cit. Ver também MAUCH. Op. Cit., 2004, no que se refere ao jornal Gazetinha.

<sup>81</sup> PESAVENTO. Op. Cit., 1994, p. 134.

do extermínio do meretrício, mediante a repressão rigorosa. Em ambos os casos o conhecimento médico objetiva controlar o problema.<sup>82</sup>

Nesse sentido, a imagem mais constante da prostituição, utilizada pela opinião pública porto-alegrense, refere-se à doença moral. A prostituição era vista como forte elemento desagregador das relações sociais. Os hábitos desregrados afrontavam os valores burgueses da época. As prostitutas eram constantemente acusadas de servirem de exemplo negativo para as famílias aburguesadas.

---

<sup>82</sup> ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p.118-124. Ver também MACHADO. Op. Cit., p.330-353.

### CAPÍTULO III

#### Poderiam viver juntos? Identidade e visão de mundo em grupos populares

Os estudos das relações interétnicas nas camadas menos privilegiadas economicamente entre os anos finais do Império e as primeiras décadas da República mereceram pouca atenção dos historiadores. Ainda que exista uma farta produção historiográfica voltada para assuntos relacionados aos grupos de populares<sup>83</sup>, é pequeno o número de trabalhos que tratam de forma mais específica a questão étnica, sobretudo no que tange ao período estudado, e em especial, sobre o Rio Grande do Sul.<sup>84</sup>

Compreendo melhor, nessas condições, a necessidade de identificar quem eram os imigrantes que freqüentavam a justiça (idade, nacionalidade, instrução, profissão, estado civil), observando os réus e os ofendidos. Essa análise tem, inegavelmente, uma preocupação quantitativa com vistas a traçar o perfil do imigrante médio.

---

<sup>83</sup> CHALHOUB. Op. Cit., 1986; PESAVENTO. Op. Cit. 2001; FAUSTO. Op. Cit., 2001; MAUCH. Op. Cit., 2004; MOREIRA. Op. Cit., 1993; PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e Sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914)*. São Paulo: EDUSP, 1994; SIMÕES, Rodrigo Lemos. *Porto Alegre 1890-1920: resistência popular e controle social*. 1999. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

<sup>84</sup> Um dos poucos trabalhos que tratam sobre estas relações interétnicas no período estudado no Rio Grande do Sul é CARVALHO. Op. Cit. e CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Diversidade e Tensões: Porto Alegre no final do século XIX. Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, v.22, n.1, jun., 1996. Outro trabalho que merece destaque, embora não seja para a realidade do Rio Grande do Sul, é o excelente artigo do MONSMA, Karl; TRUZZI, Oswaldo; CONCEIÇÃO, Silvano. Op. Cit. que, por sinal, invoca com grande originalidade os aspectos culturais nas relações interétnicas.

Seria falso, entretanto, pensar num estudo sobre a etnicidade eximindo-me de uma análise mais detida nos pormenores disponibilizados pela documentação. Por mais fragmentário que possa parecer, a pesquisa qualitativa tem muita importância, é justamente pelo fato de criar vida (sujeitos sociais) onde não há nada (ou melhor números), de extrair emoções importantes de onde só há repetição (ou gráficos), que se quer obter maior consistência dramática ao texto.

### 3.1. A questão interétnica vista de cima: uma análise quantitativa

O número de estrangeiros (22%) que freqüentaram o sistema penal na condição de réus e de ofendidos não pode ser ignorado, sobretudo se atentar para a proximidade numérica com os nacionais (27,8%), num período de forte imigração no país. Observando a origem destes indivíduos, dividi primeiramente entre estrangeiros e nacionais:

**TABELA Nº10**

**Distribuição do total de réus e ofendidos quanto a sua origem ou procedência**

| <i>Origem</i>       | <i>Quantidade</i> | <i>Porcentagem</i> |
|---------------------|-------------------|--------------------|
| Estrangeiros        | 61                | 22                 |
| Nacionais           | 77                | 27,8               |
| Origem desconhecida | 129               | 46,6               |
| Total               | 277               | 100                |

Fonte: APERS, Processos Criminais, 1890 a 1909.

Entretanto, o número percentual de estrangeiros ganhou novos valores quando elaboradas tabulações que continham, por vezes, réus e ofendidos. Com

isso, foi possível observar de forma mais microscópica estes indivíduos, verificando uma prevalência de estrangeiros na condição de réu (31,5%).

**TABELA Nº11**

**Distribuição de réus quanto a sua origem ou procedência**

| <i>Origem</i>       | <i>Quantidade</i> | <i>Porcentagem</i> |
|---------------------|-------------------|--------------------|
| Estrangeiros        | 46                | 31,5               |
| Nacionais           | 62                | 42,5               |
| Origem desconhecida | 33                | 22,6               |
| Total               | 146               | 100                |

Fonte: APERS, Processos Criminais, 1890 a 1909.

Entre os ofendidos estrangeiros, o número percentual cai para índices baixíssimos (11,4%), que, curiosamente, é acompanhado pelo percentual de brasileiros (11,4%). Sem dúvida, o que mais dificulta a análise dos ofendidos estrangeiros é o alto índice de indivíduos sem nacionalidade declarada.

**TABELA Nº12**

**Distribuição de ofendidos quanto a sua origem ou procedência**

| <i>Origem</i>       | <i>Quantidade</i> | <i>Porcentagem</i> |
|---------------------|-------------------|--------------------|
| Estrangeiros        | 15                | 11,4               |
| Nacionais           | 15                | 11,4               |
| Origem desconhecida | 96                | 72,5               |
| Total               | 131               | 100                |

Fonte: APERS, Processos Criminais, 1890 a 1909.

A meu ver, essas diferenças numéricas tornam-se significativas se pensar que normalmente estes estrangeiros (em geral imigrantes europeus) tendiam a serem vistos e representados como ordeiros e trabalhadores pelo governo e pelas elites. Muitos vieram do continente europeu para ocupar e colonizar regiões hostis no sul do Brasil.

A importância demográfica das migrações internacionais para o Brasil, principalmente no último decênio, é significativa. O percentual de 29,10% de crescimento, devido à migração entre os anos de 1890 e 1900, revela uma participação do saldo migratório em relação ao incremento global importante entre 1872 e 1940.<sup>85</sup> Tais considerações provavelmente encontrem correspondência na cidade de Porto Alegre. Conforme os números de ingresso de estrangeiros no Estado nos anos de 1892 e 1893 (1º semestre), a cidade de Porto Alegre recebeu 793 imigrantes que representam, em termos percentuais, 7,3% sobre o total de imigrações.

As informações mostram que o destino dos imigrantes para Porto Alegre é muito pequeno, sobretudo se comparar, por exemplo, com os municípios de Alfredo Chaves e Caxias, que correspondem respectivamente 25,25% e 16,62%.<sup>86</sup> Entretanto, no ano de 1894 migraram para o estado 855 estrangeiros, dos quais 582 tomaram como destino a Hospedaria do Cristal em Porto Alegre.<sup>87</sup> Enfim, o percentual demográfico migratório internacional para Porto Alegre, provavelmente, oscile ano a ano e, por isso, inviabilize qualquer consideração mais conclusiva à respeito do número preciso de estrangeiros no município.

---

<sup>85</sup> GONÇALVES, Mirna Ayres Issa. A população brasileira de 1872 a 1970: crescimento e composição por idade e sexo. In: *Crescimento populacional (histórico e atual) e componentes do crescimento (fecundidade e migrações)*. São Paulo: CEBRAP, 1974, 29-33.

<sup>86</sup> ANNUÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PARA O ANNO DE 1894. Publicados sob a orientação de Graciano de Azambuja (décimo anno). Porto Alegre: Editores Gundlach e Cia., Livreiros, 1893. FEE.

<sup>87</sup> RIO GRANDE DO SUL. Relatório apresentado pela Directoria de Estatística em 31 de julho de 1895. Porto Alegre: Oficinas Typographicas d'A Federação, 1896, p.151-159. FEE.

A dificuldade de precisar o número exato dos imigrantes em solo gaúcho entre os anos de 1875 a 1914 deve-se em parte pela escassez e imprecisão das fontes oficiais. O relatório da diretoria de estatística de 1899 expõe com clareza a desorganização entre as repartições encarregadas de fazerem o controle estatístico de diversos quesitos:<sup>88</sup>

Nos quadros ora submettidos á vossa apreciação achareis minuciosos dados demonstrativos do movimento do registro civil do Estado em 1899.

(...)

A importancia d'esse serviço resalta ao primeiro golpe de vista e dahi o especial cuidado que sempre tem merecido.

Esse cuidado há sido, entretanto, inutilificado em grande parte pela carencia de meios que chamem ao cumprimento do dever certos officiaes do registro que, indifferentes aos continuos reclamos que lhes têm sido feitos, cooperam efficazmente para a conservação das irregularidades e lacunas que ainda se notam.

(...)

Officiaes de registro que desde 1896 não attendiam às solicitações feitas, têm enviado, em consecuencia d'aquella resolução, os respectivos extratos.

Outros, que não mantinham a precisa regularidade na remessa dos mesmos, hão se mostrado solícitos, manifestando prazer em satisfazer os pedidos que lhes são dirigidos.

(...)

De qualquer forma, dos 60 imigrantes (réus e ofendidos) apurados nos processos criminaes, consegui captar seus países de origem e os dividi por continentes, ou áreas de procedência. Veja o quadro abaixo referente:

**TABELA Nº13**

**Distribuição dos réus e dos ofendidos quanto a sua procedência por continente de origem**

| <i><b>Continente de<br/>Procedência</b></i> | <i><b>Quantidade</b></i> | <i><b>Porcentagem</b></i> |
|---|--------------------------|---------------------------|
| Ásia  | 9                        | 14,7                      |

<sup>88</sup> RIO GRANDE DO SUL. Relatório da Directoria de Estatística 1899. FEE.

|                |    |     |
|----------------|----|-----|
| Europa         | 47 | 77  |
| América do sul | 5  | 8,2 |
| Total          | 61 | 100 |

Fonte: APERS, Processos Criminais, 1890 a 1909.

Noto que a maioria dos estrangeiros eram oriundos do continente europeu, se sobrepondo esmagadoramente (77%) sobre os outros continentes. Dos que procedem da América do Sul, tenho 1 argentino e 4 paraguaios. Devida à diversidade, optei por dedicar uma tabela contendo os países de origem dos réus e dos ofendidos.

**TABELA Nº14**

**Distribuição dos réus e dos ofendidos quanto ao seu país de origem**

| <i>País Europeu De Origem</i> | <i>Quantidade</i> | <i>Porcentagem</i> |
|-------------------------------|-------------------|--------------------|
| Alemão                        | 4                 | 6,5                |
| Árabe                         | 4                 | 6,5                |
| Argentino                     | 1                 | 1,6                |
| Austríaco                     | 1                 | 1,6                |
| Espanhol                      | 9                 | 14,7               |
| Francês                       | 1                 | 1,6                |
| Holandês                      | 1                 | 1,6                |
| Inglês                        | 1                 | 1,6                |
| Italiano                      | 23                | 37,7               |
| Paraguaio                     | 4                 | 6,5                |
| Polonês                       | 1                 | 1,6                |
| Português                     | 6                 | 9,8                |
| Russo                         | 3                 | 4,9                |
| Sírio                         | 2                 | 3,3                |

|       |    |     |
|-------|----|-----|
| Total | 61 | 100 |
|-------|----|-----|

Fonte: APERS, Processos Criminais, 1890 a 1909.

Com relação ao estado civil dos réus, verifico que o número de solteiros é levemente superior ao número de casados, tendo 11 que desconheço a condição e a existência de apenas 2 viúvos, como consta na tabela 15:

**TABELA Nº15**

**Distribuição de réus quanto ao estado civil**

| <i><b>Origem</b></i> | <i><b>Quantidade</b></i> | <i><b>Porcentagem</b></i> |
|----------------------|--------------------------|---------------------------|
| Casados              | 15                       | 33,3                      |
| Solteiros            | 17                       | 37,8                      |
| Viúvos               | 2                        | 4,4                       |
| Nada consta          | 11                       | 24,4                      |
| Total                | 45                       | 100                       |

Fonte: APERS, Processos Criminais, 1890 a 1909.

Observando, por outro lado, o estado civil dos ofendidos verifico a predominância de imigrantes casados (46,7%). Sem dúvida, o que impressiona é a baixa porcentagem de solteiros (13,3%).

**TABELA Nº16**

**Distribuição de ofendidos quanto ao estado civil**

| <i><b>Origem</b></i> | <i><b>Quantidade</b></i> | <i><b>Porcentagem</b></i> |
|----------------------|--------------------------|---------------------------|
| Casados              | 7                        | 46,7                      |
| Solteiros            | 2                        | 13,3                      |

|             |    |     |
|-------------|----|-----|
| Viúvos      | -  | -   |
| nada consta | 6  | 40  |
| Total       | 15 | 100 |

Fonte: APERS, Processos Criminais, 1890 a 1909.

Quanto ao grau de instrução, os réus são na sua grande maioria alfabetizados (44,4%). Mas, caso o leitor esteja disposto a lembrar os números verificados na tabela 7, referentes ao nível de instrução geral dos populares, é bem provável que se espante com a porcentagem de alfabetizados (28,8%).

**TABELA Nº17**

**Distribuição de réus pelo nível de instrução**

| <i>Nível De Instrução</i> | <i>Quantidade</i> | <i>Porcentagem</i> |
|---------------------------|-------------------|--------------------|
| Sabe ler e escrever       | 20                | 44,4               |
| Não sabe ler nem escrever | 2                 | 4,4                |
| Somente assina            | -                 | -                  |
| Nada consta               | 23                | 51,1               |
| Total                     | 45                | 100                |

Fonte: APERS, Processos Criminais, 1890 a 1909.

Não satisfeito, me pus a comparar os ofendidos estrangeiros e os ofendidos da tabela 8 e, para meu espanto, o número de alfabetizados diminuiu ainda mais (13,3%). Ou seja, o número percentual de imigrantes alfabetizados entre os réus e ofendidos está comparativamente acima do índice geral.

**TABELA Nº18**  
**Distribuição de ofendidos pelo nível de instrução**

| <i>Nível De Instrução</i> | <i>Quantidade</i> | <i>Porcentagem</i> |
|---------------------------|-------------------|--------------------|
| Sabe ler e escrever       | 2                 | 13,3               |
| Não sabe ler nem escrever | 2                 | 13,3               |
| Somente assina            | -                 | -                  |
| Nada consta               | 11                | 73,3               |
| Total                     | 15                | 100                |

Fonte: APERS, Processos Criminais, 1890 a 1909.

Com relação à idade destes imigrantes, consta em meu banco de dados a variação etária entre 16 a 77 anos. Dividindo-os por faixas etárias, de 10 em 10 anos, tenho a numeração completa dos réus:

**TABELA Nº19**  
**Distribuição etária dos réus**

| <i>Faixa De Idade</i>          | <i>Quantidade</i> | <i>Porcentagem</i> |
|--------------------------------|-------------------|--------------------|
| 10 a 20 anos                   | 3                 | 6,7                |
| 21 a 30 anos                   | 14                | 31,1               |
| 31 a 40 anos                   | 8                 | 17,8               |
| 41 a 50 anos                   | 7                 | 15,5               |
| 51 a 60 anos                   | 2                 | 4,4                |
| 61 a 70 anos ou mais           | 1                 | 2,2                |
| Idade desconhecida ou ignorada | 10                | 22,2               |
| Total                          | 45                | 100                |

Fonte: APERS, Processos Criminais, 1890 a 1909.

Verifico que há uma predominância entre as faixas etárias que vão de 21 a 30 anos (31,1%), seguida de longe pela que reúne os imigrantes entre 31 a 40 anos (17,8%) e 41 a 50 anos (15,5%). A soma destas três faixas representa 64,4% de imigrantes entre 21 e 50 anos. Entretanto, a comparação dos números observados entre os ofendidos apresenta um alargamento da faixa etária predominante: de 21 a 30 anos, de 31 a 40 anos e de 51 a 60 anos, somando um total de 39,9%.

**TABELA Nº20**  
**Distribuição etária dos ofendidos**

| <i><b>Faixa De Idade</b></i>   | <i><b>Quantidade</b></i> | <i><b>Porcentagem</b></i> |
|--------------------------------|--------------------------|---------------------------|
| 10 a 20 anos                   | -                        | -                         |
| 21 a 30 anos                   | 2                        | 13,3                      |
| 31 a 40 anos                   | 2                        | 13,3                      |
| 41 a 50 anos                   | 1                        | 6,7                       |
| 51 a 60 anos                   | 2                        | 13,3                      |
| 61 a 70 anos ou mais           | 1                        | 6,7                       |
| Idade desconhecida ou ignorada | 7                        | 46,7                      |
| Total                          | 15                       | 100                       |

Fonte: APERS, Processos Criminais, 1890 a 1909.

De tudo isso posso aventar algumas conclusões sobre quem seria o imigrante médio criminoso: casado, europeu, alfabetizado, entre 21 a 50 anos. Registro, apenas, que as características acima elencadas de quase nada diferem do homem médio geral, tratado no capítulo anterior: casado, alfabetizado, entre 10 a 40 anos.

O interessante é que aquilo que poderia dar "sentido lógico" para a narrativa em favor do imigrante, como alfabetizado, casado, europeu, acaba por torná-la absurdamente incoerente – e é exatamente nisso que espero encontrar uma das

portas de entrada para esse mundo da luta diária por espaço, por reconhecimento, trabalho e poder.

### 3.2. Conflito étnico: as primeiras dúvidas

Até que ponto o número expressivo de prisões de estrangeiros representaria maior propensão a cometer delitos? Torna-se ainda mais significativo pensar que, geralmente, estes estrangeiros eram vistos como ordeiros e trabalhadores, responsáveis indiretos pelo progresso do país. Já que muitos vieram incentivados pelo Governo Brasileiro, para trabalharem como mão-de-obra livre e barata nas fazendas de cafés no centro do país.<sup>89</sup>

Mas havia os imigrantes que vieram povoar e colonizar áreas de mata intocada no sul do Brasil. Estas áreas eram atravessadas pelos caminhos de boiadeiros, que ligavam as zonas de campo com o centro do país. Nelas viviam índios, que geralmente atacavam os que passavam pela mata, tornando precário o comércio entre os criadores de gado e o seu mercado. Assim, um dos motivos pelos quais levaram o Governo a optar por estas áreas, como destino para a colonização, foi a de tornar mais seguras as ligações entre o Sul e o resto do Brasil.<sup>90</sup>

Outros tantos desembarcaram de forma espontânea nos centros urbanos e, muitas vezes, individualmente com vistas a trabalharem no comércio e pequenas indústrias. De posse de uma técnica manual de trabalho mais elaborada, tornava-se

---

<sup>89</sup> Nos anos seguintes à proibição do tráfico negreiro, tornava-se praticamente inviável a manutenção da escravidão no Brasil. Como explica GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.202, os avanços institucionais respeitavam o processo de mudança ordenado, pacífico e gradualista em direção ao mercado de trabalho livre, sem colocar em perigo a economia agrária – maior, fonte de riqueza do país –, bem como conter as manifestações por mudanças sociais. a saída era desenvolver um mercado de mão-de-obra livre. Para tanto, uma das soluções que ganhava força era o imigrantismo.

<sup>90</sup> SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Nacional, 1977, p. 156.

viável passar da condição de trabalhador especializado a proprietário de pequena oficina e mesmo a industrial, ou fixar-se nas oportunidades industriais oferecidas pelas cidades.<sup>91</sup>

Enfim, de forma geral e teórica, independente da nacionalidade dos estrangeiros, ser imigrante representava, em termos simbólicos, positividade.<sup>92</sup> Entretanto, na prática, parece haver graduações de preferência em relação às nacionalidades dos imigrantes. O anuário do estado do Rio Grande do Sul para o ano de 1894 parece-me sinalizar para a existência de algumas nacionalidades de imigrantes, que possuem maior aceitação e, relação a outras:

#### A imigração no Rio Grande do Sul

Do ultimo relatório apresentado ao seu governo pelo Sr. Walter R. Hearn, consul inglês no estado do Rio Grande do Sul, extrahimos as seguintes linhas que se referem a este estado como um bom campo para imigração. O numero de immigrants no estado do Rio Grande do Sul em 1891 foi consideravel, tendo sido, segundo os dados officiaes de 24,325. Os immigrants em 1890 comprehenderam 3,593 familias, constando de 13,034 pessoas maiores de 12 annos de idade e 7,423 de menos dessa idade. Os italianos excedem em muito os outros immigrants e, em verdade, constituem grande proporção da população do estado. São mais apropriados do que os immigrants de nações mais septentrionaes, para trabalho pesado em um sol ardente e são, além disso, mais industriosos do qualquer outro trabalhador estrangeiro que vem ao Brazil. Encontrão-se em todas as cidades monopolizando a profissão de sapateiro e competindo com os allemães como alfaiates. Formam a maioria de todas as turmas de trabalhadores nas estradas de ferro e obras publicas, e as colonias italianas nos districtos, circumvizinhos de Porto Alegre são mais populosos e até mais prosperas do que as colonias allemães melhor conhecidas. Não sei de um só immigrant inglês que tenha sido feliz neste estado. Isso não é culpa deste paiz. É culpa dessa classe de immigrants e das condições em que elles vêm para o Brazil. O Rio Grande do Sul deveria ser colonizado por pequenos agricultores ou trabalhadores ruraes que tivessem uma pequena quantia com que começar, e ficar independentes do Estado. (...).<sup>93</sup>

<sup>91</sup> SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: UnB, 1990, p. 59-70.

<sup>92</sup> No imaginário das elites brasileiras do século XIX (grandes proprietários rurais e camadas médias de profissionais liberais) o negro e o branco pobre não apresentavam condições subjetivas para o trabalho, por isso via-se no imigrante europeu a oportunidade de se implementar o "amor ao trabalho". Ver, por exemplo, KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem – a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987; GEBARA. Op. Cit.; AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco*. O negro no imaginário das elites – século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>93</sup> ANNUÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PARA O ANNO DE 1894. Publicados sob a orientação de Graciano de Azambuja (décimo anno). Porto Alegre: Editores Gundlach e Cia., Livreiros, 1893, p.151.

Neste texto fica clara a preferência do editor pelos grupos de imigrantes de origem étnica italiana e alemã, que, segundo ele, são mais "industriosos" e "adaptados" ao trabalho rural. Ao que tudo indica no texto, os exemplos bem sucedidos nas primeiras povoações do Estado, por estes dois grupos étnicos, corroboram para o aparecimento de algumas preferências imigratórias. Conforme Seyferth:

A discussão da política de colonização do Império estava voltada, primordialmente para o perfil do 'imigrante ideal', constituindo-se verdadeiras hierarquias étnicas de europeus capazes de praticar uma agricultura racional e de base familiar. Os alemães invariavelmente ocupavam o primeiro lugar nessas hierarquias.<sup>94</sup>

Por mais que possa haver uma relação discriminatória entre criminalidade e população estrangeira, não foi possível verificar nos processos judiciais a referência à nacionalidade acompanhada de signos discriminatórios (letras maiúsculas, sublinhado), por parte dos operadores do sistema penal. O mesmo não pode ser dito dos populares envolvidos nas contendas; conflitos aparentemente banais eram muitas vezes revestidos de manifestações de cunho étnico.

### 3.3. Identidade e visões de mundo

A composição demográfica de Porto Alegre caracteriza-se pela heterogeneidade étnica resultante da imigração.<sup>95</sup> O mesmo pode ser afirmado com relação aos processos criminais analisados (alemães, italianos, espanhóis, árabes, paraguaios).

---

<sup>94</sup> SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia (org.). *Os alemães no sul do Brasil*. Canoas: Ed. Ulbra, 1994, p.12. A respeito da discriminação sofrida pelos estrangeiros, ver, por exemplo, GRITTI, Isabel Rosa. *Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul – emergência do preconceito*. Porto Alegre: PUCRS (Tese de Doutorado), 2001.

Este pluralismo étnico remete à coexistência de tradições culturais diversas no mesmo espaço urbano. Assim, a forma como Fredrik Barth<sup>96</sup> pensa a etnicidade parece a mais apropriada para as relações entre populares de etnias diferentes, em um contexto de urbanização, como foi a Porto Alegre de fins do século XIX e princípios do século XX.

Os grupos étnicos não são unidades sociológicas discretas nem unidades sociais estruturadas em torno de traços culturais distintivos, "portadores" da especificidade grupal. Barth critica a "definição de tipo ideal" de grupo étnico, ou seja, o inventário indutivo de uma série de conteúdos culturais como territórios, línguas, costumes ou valores comuns. O que não significa tomar por idênticos os termos: cultura = etnia.

O autor argumenta que ao se tomar um grupo étnico como "suporte de cultura", a atenção acaba por ser "dirigida à análise das culturas, não à organização étnica", o que certamente seria um equívoco, pois verifico a persistência do componente étnico da identidade social dos imigrantes e descendentes em Porto Alegre, por mais que estes estejam integrados à nova sociedade.<sup>97</sup>

Os grupos étnicos são, ao contrário, categorias adscritivas nativas, que regulam e organizam a interação social dentro e fora do grupo, sobre a base de uma série de contrastes entre o "próximo" e o "distante". "[...] os grupos étnicos são categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios atores e, assim, têm

---

<sup>95</sup> CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Espaço urbano e imigrantes: Porto Alegre na virada do século. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, v. 24, n. 1, p.149-164, jun., 1998.

<sup>96</sup> BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*; seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1998, p.187-227.

<sup>97</sup> Ver, por exemplo, GANS, Magda Roswita. *Presença Teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/ANPUHS 2004; OSPITAL, Maria Sílvia; CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Construção da identidade e associações italianas: La Plata e Porto Alegre (1880-1920)*. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, v. 25, n.2, p.131-146, dez., 1999.

a característica de organizar a interação entre as pessoas".<sup>98</sup> Tais contrastes se "ativam" ou não, segundo os requisitos do contexto. A manutenção das fronteiras da etnicidade não resulta do isolamento, mas da própria inter-relação social: quanto maior a interação, mais potente ou marcado será o limite étnico;<sup>99</sup> situação que reflete bem a realidade dos imigrantes de diferentes origens em Porto Alegre.

Nesse sentido, a "tradição cultural" ou "memória social" de um grupo seria, nos termos de Manuela Carneiro da Cunha, o "porão", o "reservatório" de onde se retiram, quando se fazem necessários, os "traços culturais isolados do todo, que servirão, basicamente, como sinais diacríticos para uma identificação étnica".<sup>100</sup> O que explica que alguns traços evocados pelos réus e ofendidos estrangeiros se insinuem mais que outros nas situações sociais verificadas nos processos criminais. Na impossibilidade de acessar toda a bagagem armazenada no "porão" da tradição, para uso identitário, os contendores relembram o que é considerado mais importante no contexto.

Assim, escolhi alguns estudos de caso que melhor revelam as formas simbólicas, pelas quais as identidades étnicas eram reafirmadas nos momentos de interação. Na impossibilidade de agrupar os quatro casos, achei melhor tratá-los separadamente com vistas a não amordaça-los em categorias (trabalho, língua, nacionalidade) frágeis demais para comportar toda a riqueza e complexidade dos casos.

---

<sup>98</sup> BARTH. Op. Cit., p.189. FIRTH, Raymond. *Elementos de organização social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, especialmente os capítulos II e III distinguem da composição social a estrutura (sistema de estrangimentos institucionais, simbólicos e de conduta) e a organização (resultado concreto das escolhas feitas pelos atores, de acordo com tais limitações). Barth, por sua vez, se interessa em estudar a mudança e o desempenho individual no plano da organização social.

<sup>99</sup> Nos termos de OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976, p.5, identidade contrastiva e não limite étnico.

<sup>100</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.88.

### 3.3.1 Trabalho, língua

Em fins do século XIX e princípios do século XX, as condições de sobrevivência para os segmentos sociais pobres tornavam-se cada vez mais precárias. Com o crescimento dos contingentes urbanos, a busca por emprego muitas vezes revelava-se uma acirrada disputa entre indivíduos dispostos a tudo para garantir a sobrevivência diária.

No dia sete de março de 1893, Josephe Barbieri (viúvo, italiano, 62 anos) e Carlos Barbieri (solteiro, italiano, sapateiro, filho de Josephe) foram à fábrica de calçados de Julio Pacheco pedir serviço. Lá foram atendidos pelo diretor Zeferino Mallmam, que pedira aos dois para esperarem um instante, quando, de repente, os dois italianos começaram a concertar os seus próprios sapatos. Foram imediatamente reprimidos pelo diretor, que se mostrou irritado com tamanho absurdo. Em seguida, o que se viu foi uma luta esganiçada entre o diretor e os dois italianos.<sup>101</sup>

É evidente a atitude desesperada dos italianos em conseguir duas vagas em uma fábrica de sapatos. O excesso de vontade é nitidamente percebido pela atitude inesperada dos italianos em concertarem seus próprios calçados, após o pedido do diretor para aguardarem um momento.

Os relatos dados pelas testemunhas sobre o incidente são todos muito parecidos e não diferem do relato acima. Contudo, uma das testemunhas apresenta outra versão para os fatos decorridos naquele dia. O empregado da fábrica Arthur Mantandrine (25 anos, solteiro, italiano, sapateiro) testemunhou o seguinte:

---

<sup>101</sup> RIO GRANDE DO SUL. Arquivo Público do RS (APERS). Processo criminal, Porto Alegre, março 1, nº8, 1893.

Respondeu que estando trabalhando na fabrica de calçado de Julio Pacheco, da qual é director Zeferino Mallmam, ahi chegarão no dia sete de março pela manhã, os réos para pedirem serviço no que forão attendidos por Mallmam que disse aos réos immediatamente começarão a concertar o seu próprio calçado; que esse facto foi censurado por Mallmam que deu ordem aos réos para que se retirassem immediatamente; que os réos não entendendo talvez a ordem de Mallmam porquanto os réos comprehendem pouco o portuguez não obedecião a mesma ordem; que Mallmam, visto não ser attendido pegou um páu e começou a dar nos reos; que Barbieri, pois travou-se então uma luta com Mallmam, do que resultou sahir ferido Mallmam com alguns ferimentos no rosto; (...).

Como já foram sugeridas no testemunho de Arthur, as atitudes que provocaram o embate físico entre os italianos e o director da fábrica foram motivadas pela dificuldade de compreensão do português. Nada mais natural para época que dois italianos, possivelmente recém chegados ao país, tivessem dificuldade de se manifestar e de compreender a língua local.

Mas, a propósito, o que dizer da nacionalidade da testemunha ser a mesma dos acusados. Teria a testemunha alguma relação de amizade ou mesmo um sentimento de simpatia por ser o acusado italiano? Não me parece por acaso ter sido justamente uma testemunha de nacionalidade italiana, que vai tentar esclarecer a situação defendendo os acusados. Esta testemunha parece selecionar e acionar mecanismos identitários, que conduzem à análise para uma possível solidariedade étnica.

Nesse sentido, o testemunho do brasileiro Manoel Fernandes (44 anos, sapateiro, casado, natural deste estado) parece avançar um pouco nessa questão. Grosso modo, seu testemunho não diferiu em muito da declaração acima, entretanto, o diferencial reside com ênfase nas qualidades pessoais do diretor. "(...), vio ahi entrarem os réos; que vio se bem que estava um pouco retirado que os réos altercarão com Mallmam não podendo comprehendere o que elles disião, (...)" Em seguida disse: "Respondeu que Mallmam, é um extremo delicado para com os seus

empregados sendo um homem muito bom, não havendo um só queixa de alguém contra elle."

O brasileiro Manoel Fernandes não hesitou em se posicionar ao lado do chefe e construir uma versão que enfatizasse o caráter enobecedor do seu diretor. Ao invés de descrever: elogiou, valorizou, omitiu. Com isso, se tornava possível eximir-se de qualquer declaração que o viesse comprometer com o superior. Compreendo, nessas condições, que o mundo do trabalho possui hierarquizações funcionais, que inevitavelmente produzem efeitos restritivos na fala e na liberdade dos funcionários—sentimentos como sinceridade e vaidade são habilmente cerceados pelos limites hierárquicos desse mundo.

E, no entanto, não posso descartar a rápida referência de Manoel Fernandes aos acusados. No trecho acima destacado, a testemunha afirma que não pode tecer maiores comentários acerca dos motivos pelos quais originou o conflito por estar distante e por não compreender claramente o que diziam os envolvidos. Custa-me a dar por encerrado esse testemunho, sem ao menos problematizar a afirmação de que não compreendera o que diziam, por estar um pouco afastado do episódio. É bem possível que a pronúncia dos dois italianos em língua portuguesa seja um tanto macarrônica, em vista da conhecida dificuldade de compreensão da língua local aventada por uma das testemunhas (italiana).

A próxima testemunha – Alfredo Batormelo (32 anos, sapateiro, casado, italiano) –, por outro lado, parece apresentar uma versão totalmente evasiva para o episódio: "Respondeu que conhece Barbieri de pouco tempo não sabendo quaes os seus antecedentes quanto a Malmam convive com elle a seis meses e o tem por um bom homem."

Portanto, convém, num primeiro momento, tomar a medida exata de tudo o que distingue os discursos de cada testemunha: enquanto a primeira parecia

defender os italianos, a segunda parecia enfatizar as características pessoais do diretor, a terceira parecia mover-se estrategicamente entre as duas versões.

Eis aí uma diferença de porte – enquanto as duas primeiras versões posicionam-se em pólos opostos, a terceira coloca-se a meio caminho, de forma a impossibilitar qualquer comprometimento com ambas às partes envolvidas. Ao mostrar-se cioso na versão, Alfredo garante, teoricamente, seu emprego numa época de acirradas disputas no mundo do trabalho; e não cria animosidade com seus compatriotas.

Se a fala de Manoel é hábil em manejar as informações em seu próprio proveito, também carrega consigo uma síntese das variáveis causais do episódio, revelando um quadro sócio-econômico e cultural bastante complexo. Nesse "real" movediço, percebo um cruzamento de relações interétnicas com o mundo do trabalho, de forma a dificultar uma análise mais simples do ocorrido; vários são os fatores que concorrem para o desenlace do episódio; possíveis diferenças de significados entre noções de trabalho, de ofensas, de honra e dignidade das pessoas envolvidas completam esse emaranhado de dúvidas.<sup>102</sup> Sem contar, é claro, que trata-se de um conflito envolvendo pessoas de nacionalidades diferentes (brasileiros e italianos) dispostas a se adaptarem rapidamente às condições de trabalho; implicando, por conseguinte, na constante reelaboração dos universos culturais respectivos. Dito de outra forma, o enfoque desloca-se da perspectiva genuinamente material, para a construção simétrica das implicações sócio-econômicas e culturais.

---

<sup>102</sup> CARNEIRO. Op. Cit., p.100.

### 3.3.2 "Senhor engana-se si pensa que isto é uma Calabria":

A colocação do problema nestes termos me parece bem apropriada para o caso seguinte, no que se refere aos padrões culturais propriamente ditos – especialmente aos preconceitos – equacionados com as questões materiais relacionadas ao mundo do trabalho. Trata-se, em linhas gerais, de uma discussão seguida de agressão física, na qual o proprietário de uma companhia de teatro acusa o seu bilheteiro de tê-lo roubado.

Manoel apresentou queixa contra Fernando Gargano (33 anos, solteiro, artista de teatro, natural da Cosenza, Itália), que proferira injúrias a esse. Fernando disse: "você é um ladrão que anda combinado com senhor Roberti (...), vocês são todos uns ordinarios e ladrões". A seguir o queixoso responde: "Senhor engana-se si pensa que isto é uma Calabria". Em seguida, o querelado tentou dar uma bofetada em Manoel.<sup>103</sup>

Bastante sucinta, a queixa crime apenas apontava que Fernando havia acusado o bilheteiro Manoel de roubo de ingresso para o teatro. Mas para minha sorte, as informações testemunhais, quase sempre, permitem traçar com mais apuro o cenário e os personagens desta intriga. A propósito, o que seriam dos processos criminais sem a intervenção importantíssima destes personagens anônimos, que tecem a cada testemunho intrigas perigosamente equilibradas entre o fato apurado e a ficção. Contudo, este não é o ponto essencial a enfatizar neste momento, e é até um tanto espantoso que tenha sido necessário mencionar este aspecto.

Eis as testemunhas:

- Primeira testemunha: Ilegível, 27 anos, casado, brasileiro, natural deste estado.

---

<sup>103</sup> RIO GRANDE DO SUL. Arquivo Público do RS (APERS). Processo criminal, Porto Alegre, maço 178, nº2892, 1891.

Disse que estando no dia vinte de janeiro se bem se lembra a meia noite mais ou menos encostado a uma grade de separação que há na bilheteria do Theatro America, vio chegar á mesma bilheteria do querellado que dirigio-se ao queixoso e perguntou-lhe porque havia vendido um bilhete pertencente a uma redacção ao que o queixoso respondeu que assim procedera porque o proprietario da dita cadeira lhe-o havia pedido visto querer estar ao lado de um amigo durante o espectáculo. O querellado porem não atendendo a espiciação disse ao queixoso que elle era um ladrão que andara combinado com Luis Roberti (...). A vista de semelhante insulto o queixoso respondeu ao querellado que elle enganasse pensando lidar com gente da Calabria. Ouvindo isto o querellado tentou dar uma bofetada no queixoso não vendo elle testemunha se a mesma acertou por quanto houve grande reboliço de gente e foi elle testemunha obrigado a sahir do lugar onde se achava fechando-se as portas da bilheteria e continuando la detro a (ilegível). (a testemunha é compadre do queixoso)

- Segunda testemunha: Paulino Izidoro Gonçalves, 18 anos, empregado público, solteiro, brasileiro, natural deste estado.

Disse que na noite de vinte de janeiro a meia noite mais ou menos estando elle testemunha no pateo do Theatro America ouviu uma discussão na bilheteria do mesmo Theatro e aproximando-se ouviu o querellado que chamava ao queixoso ladrão accressentando que elle queixoso anda combinado com Luis Roberti (...). Ouvio o queixoso em represalia diser ao querellado que enganava-se julgando tratar com gente da Calabria ao que o mesmo querellado tentou dar uma bofetada no queixoso que elle testemunha não viu se acertou". Disse mais que as testemunhas foram retiradas do local, enquanto a disputa continuava lá detro.

- Testemunha de defesa: Antonio Francisco Nunes, 23 anos, solteiro, empregado no comercio, português.

Disse que no dia 20 de janeiro encontrava-se no saguão de Theatro América com outros companheiros a espera do início do 3º ato. "(...) quando chegou Affonso Alves dos Santos e lhe disse que parecia que havia qualquer causa na bilheteria; (...) dirigirão-se (test. E dois companheiros, um deles Affonso) a duas ou tres pessoas que se achavão no pateo e perguntarão o que é que havia ao que lhe responderão que tinha havido qualquer causa entre o autor e o réo e que aquelle tinha sahido encomodado dissenso que se havia de vingar por ter sido despedido; que demorarão mais algum tempo por ali elle testemunha e Barros entrando depois para dentro do Theatro e que nada mais vio.

As descrições do episódio apresentam algumas variações que não impossibilitam a construção da trama: na noite do dia 20 de janeiro de 1891, por volta da meia noite, discutiam no Teatro América o proprietário do estabelecimento (italiano) e seu bilheteiro (nacional). O primeiro acusava seu oponente de tê-lo roubado com o auxílio de Luis Roberti.

Esta pequena história traz à tona as tensões relacionadas ao mundo do trabalho, entre nacionais e imigrantes, sendo documentada pela historiografia brasileira.<sup>104</sup> Sidney Chalhoub, por exemplo, explica:

(...) parece claro que a característica essencial destas tensões e rixas associada aos problemas de reprodução da vida material de nossos personagens era o fato de que elas se exprimiam principalmente através de conflitos entre imigrantes e brasileiros pobres, especialmente os de cor.

Acontece que mesmo assim não é possível compreender a dimensão étnica do episódio. Os diálogos transcritos nos autos parecem sinalizar para a existência, ainda que velada, de estereótipos, de lado a lado, carregados de etnocentrismo.

O que dizer, então, da frase: – "Senhor engana-se si pensa que isto é uma Calabria". Era apenas uma frase. Mas aí é que está: nada se faz sem frase. Para tudo é preciso uma frase (ou quase tudo). E mais: como toda a frase carrega consigo uma série de significações extensivas ao finito histórico. De maneira inversa, posso afirmar que a língua não é alheia às normas e às formas instituídas *a priori*. Certamente seu registro é o do individual, mas isso não significa que seu alcance não seja da história coletiva.

---

<sup>104</sup> Ver, por exemplo, CHALHOUB. Op. Cit.; FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social* (1890-1920). São Paulo: DIFEL, 1977; PINTO. Op. Cit..

## A emigração calabresa

A grande maioria dos imigrantes italianos na cidade de Porto Alegre, no período entre 1880 e 1914, era de calabreses originários da Província de Cosenza.<sup>105</sup> A Calábria está localizada no extremo sul da Itália, subdividida em três províncias: Catanzano (centro), Reggio (sul) e Cosenza (norte). A emigração dessa região apresentava um caráter eminentemente transoceânico, quando comparado a de outras regiões da Itália. Nas províncias do Norte, existia um número significativo de imigrantes que se deslocavam no interior do próprio continente europeu; ao passo que na Calábria, o destino principal era a América por ser mais barato do que emigrar para outros países do continente europeu.<sup>106</sup>

Na literatura sobre imigração italiana há unanimidade em apontar um conjunto heterogêneo de fatores, que concorreram para a emigração em massa de todo o sul da Itália. Por motivos didáticos, embora intimamente inter-relacionados, os fatores podem ser agrupados em naturais e sociais. Entre os primeiros, são apontados a alta incidência de malária, terremotos, pragas agrícolas e longos períodos de secas. Sobre as motivações sociais, posso elencar o sistema retrógrado de repartição da propriedade agrária e desinteresse dos grandes proprietários pelos empreendimentos agrícolas, pacto agrário espoliativo, salários de fome, serviços públicos inadequados, habitações aglomeradas e insalubres, indústria praticamente inexistente; comércio e artesanato rural em recessão.<sup>107</sup>

Na Itália, a emigração encontra-se ligada ao fato político da unificação, conseguida em 1870, e que economicamente significou a vitória definitiva do

---

<sup>105</sup> CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Gli Italiani nelle città; l'immigrazione italiana nelle città brasiliane*. Perugia: Guerra Edizioni, 2001, p.56.

<sup>106</sup> MONSMA; TRUZZI; CONCEIÇÃO. Op. Cit., p.73-74.

<sup>107</sup> CONSTANTINO, Núncia Maria Santoro de. *O italiano na Sociedade Porto-Alegrense e permanência da identidade entre Moranenses*. São Paulo: USP (Tese de Doutorado), 1990, p.128-136.

capitalismo sobre as velhas instituições. À medida que progredia a unificação italiana, a distinção entre norte (industrial e moderno) e sul (agrário e antigo) tornava-se cada vez mais aguda. Em pouco tempo, o choque de duas economias e culturas tão díspares como a do norte e a do sul debelou uma crise do sistema de produção meridional, que certamente deixou marcas ainda mais profundas no universo mental dos meridionais, levando os estudiosos a resumir a unificação italiana como a conquista do sul pelo norte.<sup>108</sup>

Em meados dos anos de 1860, na esteira da unificação italiana, a grande onda de banditismo na Calábria representou uma espécie de levante coletivo contra o sistema administrativo baseado no Piemonte e na Lombardia e contra os grandes latifúndios, por camponeses e ex-soldados do exército dos Bourbons.<sup>109</sup> O processo de unificação representou a tentativa de imposição do sistema capitalista a todo o país a revelia das fronteiras e tradições regionais, bem como dos interesses da maioria dos grupos. O instrumento de ação daqueles que se adonaram do poder tomou rumos políticos claramente dirigidos ao favorecimento dos interesses capitalistas de um modelo de *later comers*.

No século XX, muitos indivíduos da região meridional se organizaram para a ação coletiva em organizações criminosas de grande porte – Camorra napolitana, Máfia siciliana – mantendo, internamente, uma solidariedade baseada na extensão do vocabulário e dos símbolos familiares. Essas organizações predominaram em lugares onde não dispunham de uma ordem pública eficaz e/ou cidadãos indiferentes com as autoridades. Elas estruturavam-se num poder paralelo ao governo oficial, com suas regras de comportamentos. De fato, a saída encontrada, algumas vezes, pelos italianos meridionais era a formação de organizações sociais de caráter

---

<sup>108</sup> DE BONNI; COSTA. Op.Cit., p.60.

<sup>109</sup> A crescente exploração capitalista sobre as terras cultiváveis acabavam por expulsar o pequeno agricultor dos campos.

criminoso, que encaminhavam as questões sócio-econômicas pelas vias informais do crime.<sup>110</sup>

### **As reconstruções étnicas no processo histórico**

Os italianos de diferentes origens chegaram em número suficiente em Porto Alegre, para se concentrarem em certos bairros, criando as condições necessárias para a persistência de algumas identidades. A imigração no contexto urbano tem como característica marcante a aglutinação dos imigrantes de mesma origem, em torno de interesses comuns, estimulando, principalmente, a solidariedade étnica em termos de enfrentamento de uma nova situação social. Assim, por maiores que sejam as pressões no sentido da assimilação, os imigrantes, em geral, mantêm alguma ligação com a cultura e sociedade de origem. Guardam, sem dúvida, alguma forma de identificação étnica, por mais precários que estejam os laços com seus países de origem.

Por outro lado, é bastante difícil pensar conceitualmente numa "cultura italiana", a não ser como um conjunto heterogêneo marcado por influências regionais bastante fortes. Os italianos, pela própria história de seu país, desenvolveram identidades regionais exacerbadas pela dicotomia entre norte e sul.<sup>111</sup> Cada um, a sua maneira, contribuiu para renovar a construção dos limites étnicos, favorecendo a contínua reconstrução da diferença que fazia com que os meridionais continuassem

---

<sup>110</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Rebeldes primitivos*; estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p.38-63

<sup>111</sup> Apesar da precariedade da divisão dicotômica entre o sul e o norte, elas revelam de forma didática a heterogeneidade dos imigrantes italianos. Conforme MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul*; implicações econômicas, políticas e culturais. Porto Alegre: GRAFOSUL e IEL, 1975, p.87-8, trentinos, tirolezes ou vênetsos pouco ou nada tinham com um sentimento nacional consciente. Eram todos regionalistas, imbuídos de tradições e costumes locais. Contudo, as diferenças regionais e dialetais não impediram uma certa homogeneidade cultural num plano mais geral. Ver também BRUM, Rosemary Fritsch. O lugar da enunciação calabresa em Porto Alegre. In: JUNGBLUT, Airton Luiz (org.). *Nós, calabreses*. Porto Alegre: EST Edições, 2006, p.65-78.

a serem vistos e a se sentirem como um grupo à parte, no conjunto dos imigrantes italianos em solo brasileiro. Karl Monsma explica que no Brasil desenvolveu-se uma identidade calabresa, que contrastava com a dos brasileiros e também com a dos imigrantes do norte da Itália.<sup>112</sup>

A exemplo do que ocorria na Itália, os italianos do sul eram geralmente considerados cidadãos inferiores, considerando que a maioria dos italianos no Rio Grande do Sul eram originários do norte da Itália, principalmente do Vêneto, é de se esperar, portanto, a criação de fronteiras étnicas e o reforço da identidade de grupo.<sup>113</sup> Os imigrantes do norte da Itália – povoadores quase que exclusivos nos primeiros anos da colonização – atuaram na difusão de seus valores culturais nas localidades gaúchas, de modo que ao iniciarem a emigração do sul, no início do século, havia, por certo, uma série de valores incorporados ao cotidiano porto-alegrense.<sup>114</sup>

Nestas circunstâncias, é bem possível que Manoel tenha assimilado parte da ideologia de superioridade dos italianos do norte, que visualizavam os meridionais de forma estereotipada. Eis o que importa notar: a imagem da Calábria foi por muito tempo de uma região pobre, castigada pelas intempéries do clima, e sobretudo, marcada pela violência privada. Não por menos, a longa história de banditismo, assaltos rurais e assassinatos acabaram cristalizando no universo mental dos italianos a imagem de insegurança, que reinava em distritos do sul, provinda, nas palavras de Scalise, do "sentimento feroz e quase selvagem" dos crimes de vingança.<sup>115</sup>

---

<sup>112</sup> MONSMA; TRUZZI; CONCEIÇÃO. Op. Cit., p.83.

<sup>113</sup> O grupo étnico não é mais definido *per se*, mas como uma entidade que emerge da diferenciação cultural entre grupos que interagem em um contexto dado de relações interétnicas. Ver, por exemplo, POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*; seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1998, especialmente capítulo III.

<sup>114</sup> A influência dos imigrantes não se restringe à atividade econômica, mas também pela contribuição que deram à vida cultural e social brasileira. Ver, por exemplo, o caso específico dos italianos em DE BONNI, Luís (org.). *Presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1987.

<sup>115</sup> SCALISE, Giuseppe. *L'emigrazione dalla Calabria: saggio di economia sociale*. Napole: Luigi Pierro, 1905 apud MONSMA; TRUZZI; CONCEIÇÃO. Op. Cit., p. 77.

Volto, finalmente, à fala de Manoel: "Senhor engana-se si pensa que isto é uma Calabria". Essa frase denuncia uma tentativa de imposição, por parte de Manoel, de distinção entre ele e o outro numa perspectiva étnica.

Ora, feita essa ressalva, não é exagero falar de simetria entre as questões relacionadas ao mundo do trabalho e o problema da etnicidade. As categorias adscritivas nativas somente são acionadas quando existe a necessidade, durante a interação, de marcar a diferença, mas que não se duvide que essa relação direta, entre a etnicidade e a interação, guarde uma proporcionalidade. Ou seja, as categorias adscritivas não foram aleatoriamente escolhidas, mas, por certo, equacionadas pelo sujeito de forma a permitir naquele momento uma relação com o motivo inaugural.

Aqui não é apenas a cultura italiana que se apodera do Manoel, é o Manoel que também se apodera da cultura italiana. A enunciação da frase não é mais, então, uma circunstância extrínseca a seu enunciado, mas participa de sua natureza. A frase de Manoel só existe e só vive através dessas retomadas coletivas. A própria enunciação de Manoel produz história, que se integra à história coletiva. Em vez de um diálogo de surdos entre o indivíduo, instalado em sua racionalidade e subjetividade, e a cultura, presa a todas as convenções, o que está em jogo são os empréstimos recíprocos e trocas implícitas.<sup>116</sup>

### 3.3.3 O caso alemão

A influência dos imigrantes não pode estar limitada à atividade econômica, embora esta tenha sido bastante alterada em função da colonização européia. A

---

<sup>116</sup> Ver, por exemplo, SAHLINS, Marschall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, especialmente capítulo V.

manutenção da língua materna entre alguns grupos de imigrantes assegurou, de certa forma, na constituição de grupos étnicos.

No ano de 1898, por volta das dez horas da manhã, na rua Voluntário da Pátria, o negociante Theodoro Heinecke (41 anos, casado, alemão) proferira palavras ofensivas a Augusta Haarlando. "A Augusta é uma mulher ordinária (emeines frauenzimmer)" e mais "ella deixou-se foder por Oscar Scheck".<sup>117</sup>

Sem dúvida, as palavras acima anunciam o predomínio de situações excepcionais neste processo. Em plena rua Voluntários da Pátria, local gravado na memória dos moradores mais antigos da capital como "rua de alemães", ocorreu uma cena pitoresca entre um homem e uma mulher de origem alemã.

Não seria demais insistir na importância dos personagens serem alemães e um deles ter casa de negócio na rua Voluntários da Pátria. Afinal, essa rua era um dos pólos comerciais mais importantes da cidade. Desde que nela começaram a chegar os primeiros imigrantes alemães, em data, sempre se notabilizou por apresentar grandes comerciantes, enriquecidos, pelo escoamento da produção colonial ou pela importação de manufaturados. Conforme Franco, a solidez e ornatos dos sobrados neoclássicos denunciavam a pujança econômica destes antecessores dos grandes industrialistas do Rio Grande do Sul.<sup>118</sup> Mas, a rua Voluntários da Pátria não se constitui apenas de grandes comerciantes, existia também um grande número de teutos de nível médio, com suas oficinas e serviços dos mais diversos que, de algum modo, ajudaram a diversificar a vida econômica e social da cidade.<sup>119</sup>

---

<sup>117</sup>RIO GRANDE DO SUL. Arquivo Público do RS (APERS). Processo criminal, Porto Alegre, maço 3, nº49, 1898.

<sup>118</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *Guia Histórico de Porto Alegre*. 2 ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988, p.433.

<sup>119</sup> Para melhor destacar a presença maciça de comerciantes teutos no final do século XIX na rua Caminho Novo (posterior Voluntários da Pátria a partir de 1870), nada melhor que a expressividade numérica; existiam, conforme GANS, Magda Roswita. Op. cit., p.39, 120 teutos instalados profissionalmente. Nesse local estabeleceram-se, em grande número, os teutos de nível socioeconômico alto: "aparecem 40 casas de grande porte, principalmente importadoras de ferros e ferragens, mas também muitos atacadistas de secos e molhados". Ver, também, ROCHE, Jean. *Colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969, v.2, p.434-449. SINGER. Op. Cit., P.154-186.

Mas, eis o que eu queria dizer, trata-se de um conflito em que pelo menos um dos contendores (réu) apresenta condições socioeconômicas pouco comuns entre aqueles que mais freqüentam as delegacias e salas judiciais; de modo que Theofilo afasta-se do padrão médio criminoso, não pelos quesitos radiografados na primeira seção do capítulo (idade, estado civil, escolaridade), senão por apresentar uma colocação social e econômica bastante acima da média.

Isso não é tudo, porém. O testemunho de Jorge Borcht (33 anos, casado, alemão e negociante) parece dar uma espessura dramática ao episódio, deixando-o muito mais complexo. Segue abaixo:

Disse que no dia e hora referidos na queixa o depoente achava-se na casa commercial ho, digo Engel, Bercht e Companhia, sita a rua Voluntarios da Patria numero cento e setenta e trez e da qual faz parte como socio o depoente, quando ahi apareceu o querelado em companhia de Henrique Rod e entrando em palestra com o depoente e mais pessoas presente, disse referindo-se ás pessoas da queixosa que ella era uma moça mentirosa, ordinaria e que já tinha deixado foder por Oscar Schech, palavras estas como as demais proferidas em allemão que foram por vezes repetidas pelo querellado diante dos presentes; que o querellado depois de proferir taes expreções, disse, em allemão que isto é que é allemão, querendo dizer desse modo que dizia a verdade, por quanto os allemães costumam usar dessa expreção quando querem afirmar qualquer couza de modo positivo e categorico.

Declarou mais a testemunha que nessa mesma occazião Oscar Scheck declarou que nunca tivera relações sencçuaes(sic) com a queixosa ao que a mulher de Oscar Scheck contestou dizendo que vira seu marido na cama com a queixosa.

Disse que é verdade que a queixosa disse a elle depoente e a sua mulher que o querelado tinha relações ilicitas, digo, relações amorosas, isto é, de beijar e abraçar com creada do mesmo querelado.

Disse que sabe ser verdade que a queixosa foi creada do querelado pois havia mui, digo, pois que a viu muitas vezes no jardim d'este andando de seus filhos d'elle querelado.

De fato, a versão de Jorge apresenta uma multiplicidade de unidades dramáticas que, num primeiro momento, tornam a leitura um pouco confusa e cansativa. Não o bastante, por certo, para impossibilitar a identificação das unidades: a) Augusta estava prestes a se casar com o irmão do réu; b) Augusta mantivera

---

relações sexuais com o amigo do réu; e C) Augusta também mantivera relações sexuais com o réu. Têm-se aí as três unidades dramáticas catalisadas por um mesmo personagem – a vítima. Resta observar, finalmente, que Augusta foi descrita por Jorge como sendo uma mulher muito pobre e que vivia de trabalhos domésticos, evidenciando uma personalidade muito frágil e submissa aos arrojos masculinos.

Por mais espantoso que isto pareça aos olhos do leitor, o processo criminal petrifica o real ou mesmo minimiza-lhe a diversidade, pois recusa atentar para o caos do mundo. Encarado como modo de conhecimento, o processo criminal preocupa-se acima de tudo em converter os atos e acontecimentos visíveis em uma paisagem estática serve, desse modo, em desvendar o mais facilmente possível o pitoresco. Mas também é verdade que as narrativas compõem um complexo emaranhado de pormenores, que num esforço totalizante podem fornecer sinais bastante reveladores das contradições sociais. Repito: por estar mais próxima da vida diária, graças aos procedimentos jurídicos, os processos criminais "refletem", muitas vezes, os conflitos humanos de uma época, ainda que de forma subterrânea.

Fiz a introdução para referir ao problema étnico escondido por detrás dos gestos dos personagens. Em toda a versão de Jorge, a questão étnica constitui-se num pormenor narrativo, sem maiores implicações no desenrolar da história. Mas, a questão étnica pode ganhar sentido e função no corpo da narrativa se estiver acoplada a uma cosmovisão integral. Assim, os detalhes relativos à língua e à nacionalidade ostentam um relevo semântico e dramático, imprescindível à interpretação do processo criminal, com vistas a verificar a organização social e seus desdobramentos numa perspectiva histórica.

## A constituição dos grupos étnicos

A comunidade teuta de Porto Alegre, na segunda metade do século XIX, apresentava intenso contato com a sociedade luso-brasileira, motivada, em geral, pelas atividades industriais e comerciais, apontadas na seção acima. Mas que não se duvide: esse contato parece ter estimulado o fortalecimento cultural através do desenvolvimento de um sentimento de solidariedade étnica. Isso pode ter acontecido, em parte, pela tendência marcante entre imigrantes recém-chegados e mesmo os há muito radicados de agirem e formarem grupos étnicos com vistas a enfrentarem as situações sociais. Mais ainda: o fato de se agruparem nos mesmos espaços urbanos (ruas, bairros) possibilita, sem dúvida, a manutenção de alguns elementos culturais.<sup>120</sup>

Nesse sentido, a preservação da língua materna possui papel decisivo, conforme Seyferth, ao lado da laboriosidade, na constituição da identidade teuto-brasileira. Ela aparece assumir posição de destaque em relação à laboriosidade nos discursos, que procuravam promover a germanidade, principalmente no século XX, quando passa a ser considerada praticamente um dos únicos meios de diferenciação fora a Alemanha da "comunidade nacional alemã".<sup>121</sup>

Dou um passo a mais e destaco novamente parte do testemunho de Jorge, a saber:

que o querellado depois de proferir taes expreções, disse, em allemão que isto é que é allemão, querendo dizer desse modo que dizia a verdade, por quanto os allemães costumam usar dessa expreção quando querem afirmar qualquer couza de modo positivo e categorico.

---

<sup>120</sup> GANS, Op. Cit.

<sup>121</sup> SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: FCC EDIÇÕES, 1982, p. 47. Ver também GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

Entendo que Theopilo invocara de forma bastante emotiva as características que categorizam sua origem cultural. O fato de querer afirmar sua condição alemã denuncia uma concepção de superioridade étnica, calcada possivelmente em critérios que remetiam à "índole nacional", ascendência ("sangue"), cultura e língua de um indivíduo (Volkstum). Importa lembrarmos que a palavra "Volkstum" trazia consigo a idéia de que a nacionalidade é herdada, produto de um desenvolvimento físico, espiritual e moral: um alemão era sempre alemão, ainda que tivesse nascido em outro país. Theopilo evidenciava, assim, para os limites étnicos habilmente manipulados pela circunstância para marcar as diferenças entre os grupos, possivelmente de brasileiros.<sup>122</sup>

### 3.3.4 O "Mal de Jacobina"

Vou tratar de Machado de Assis, mas o assunto é ainda etnicidade. Ninguém melhor que o "Bruxo do Cosme Velho" para discorrer sobre as fraquezas e incoerências dos homens. O conto *O espelho – esboço de uma nova teoria da alma humana*, que pertence ao livro *Papéis avulsos*,<sup>123</sup> discute a relação conflitante entre identidade social e identidade pessoal.

Eis a história: – numa noite qualquer, um grupo de cavalheiros debatia sem maiores emoções questões de metafísica. Quando no meio da noite, o conviva de nome Jacobina – que até então não se manifestara por acreditar que a "discussão é a forma polida do instinto batalhador, que jaz no homem, como uma herança bestial" – decidiu falar sobre a natureza da alma humana. Antes mesmo que alguém viesse a se manifestar, tratou logo em avisar que não discutiria com os demais oponentes; se

---

<sup>122</sup> Ibidem, p.45-6.

<sup>123</sup> ASSIS, Machado de. *Contos*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 1998, p.26-40.

quisessem ouvir que fossem calados, pois contaria um episódio de sua vida sobre a matéria em questão.

Numa polidez exemplar começou a narrar: “– tinha vinte e cinco anos, era pobre, e acabava de ser nomeado alferes da guarda nacional”. Os festejos foram vários: sua mãe era só alegria e orgulho, não se continha e vivia a chamá-lo de "seu alferes". Primos e tios igualmente compartilhavam a atmosfera de felicidade que pairava sobre a casa pobre.

Então, uma das tias, D. Marcolina, que morava distante da vila, num sítio escuso e solitário, desejou vê-lo e pediu que fosse ao seu encontro acompanhado da farda de alferes. Foi recebido com muita alegria e solicitude pela sua tia, que fazia de tudo para agradá-lo. Não o chamava mais de Joãozinho, como antes, agora era "senhor alferes" para cá "senhor alferes" para lá. Sua tia não poupava agrados, chegou ao ponto de mandar pôr um grande espelho no quarto do ilustre hóspede, que destoava magnificamente do resto da casa.

Todas estas atenções e carinhos deixaram marcas profundas em sua índole, de modo que o título de alferes "eliminou" durante alguns dias o próprio indivíduo. Nas palavras de Machado: "Aconteceu então que a alma exterior, que era dantes o sol, o ar, o campo, os olhos das moças, mudou de natureza, e passou a ser a cortesia e os rapapés da casa, tudo o que me falava do posto, nada do que me falava do homem". No fim de três semanas, Jacobina era outra, exclusivamente alferes.

Certo dia, D. Marcolina recebeu uma grave notícia; uma das suas filhas estava muito doente. Como morava a léguas do seu sítio, decidiu que fosse acompanhada pelo seu cunhado, deixando o sítio aos cuidados de Jacobina. Num espaço de uma noite, o alferes se vira completamente só, os escravos haviam aproveitado seu descuido e trataram de fugir. Sem mais, ninguém para enchê-lo de redobrados

afagos, Jacobina passou a sentir "uma sensação como de pessoa que houvesse perdido toda a ação nervosa".

Os dias pareciam cada vez mais longos e tediosos. Era, nas palavras de Machado, "um defunto andando, um sonâmbulo, um boneco mecânico". O alívio vinha somente com o sono, que lhe eliminava a necessidade de uma alma exterior. Nos sonhos, Jacobina era novamente o alferes, com sua garbosa farda a receber elogios e afagos de parentes e amigos próximos. Mas quando acordava, as aflições recobravam seus efeitos.

Curiosamente, nos dias em que ficara só, não olhou uma só vez para o espelho; quem sabe fosse receio inconsciente de achar-se dividido. No fim de oito dias, o receio tornou-se verdade: ao passar em frente ao espelho vira sua imagem difusa, fragmentada. O medo de enlouquecer era cada vez mais forte, caso ficasse mais tempo sozinho.

Por uma inspiração inexplicável, pensou em vestir a farda de alferes; quando, para seu espanto, o vidro reproduziu novamente a figura integral, nenhuma linha a menos. Sua imagem estava novamente completa. Então, cada dia, a uma certa hora, vestia-se de alferes, e parecia recobrar a alma externa, ausente desde o momento que ficara só.

Ora, o que se pode extrair deste magnífico conto é o descompasso entre a alma externa e a alma interna. A experiência radical vivida em *O espelho* só permite a fixação segura da máscara, da farda vitoriosa, do papel que absorveu perfeitamente o homem; isto é, o tipo, em que o homem é um ator social. A outra face, a que se partira, permanece uma interrogação: a face individual, problemática, que coexiste e se opõe à máscara da vida social.

De Machado de Assis passo ao processo criminal do italiano José Scussiati. A ação desenrola-se por inteiro no interior de uma fábrica, na qual o réu é acusado de cometer uma série de agressões físicas contra seus colegas:<sup>124</sup>

Às 11 ½ horas do dia 14 de novembro de 1907, na caixa d'agua municipal, no arrabalde dos Moinhos de Vento d'esta capital, o denunciado, que alli se achava trabalhando, foi chamado para ajudar a um outro operario a collo cai leivas em um canteiro.

Mal havia iniciado o serviço – o denunciado, sem motivo algum, levantando a pá com o qual trabalhava, deu, com ella, um golpe em Geraldo Canelli, ferindo-o no hombro, e, em acto continuo, vibrou outro golpe em Honorio Garcia – attingindo-lhe a cabeça.

Honorio Garcia succumbiu momentos depois. O denunciado, caminhando apressadamente, continuou a vibrar golpes em que encontrava, fazendo, nessa occasião, em João Martins, Miguel aperanto e Justino Moraes – (...).

A denúncia apenas narra o conflito sem oferecer maiores informações a respeito do denunciado e das próprias vítimas. Para piorar, o promotor público afirma que as sucessivas agressões do denunciado não apresentam motivo algum. Existem, é claro, pelo menos tantas dúvidas quanto certezas neste episódio. Porém, por favor, devagar com o ceticismo: há algumas certezas. Primeiro, o número de vítimas (5): Geraldo, Honório, João, Miguel e Justino; também se sabe que a primeira vítima, Geraldo, veio a falecer momentos depois da agressão sofrida na cabeça.

Mas há mais. O relatório de polícia parece oferecer mais subsídios a este episódio aparentemente obscuro. Afinal, o que acontecera? Quais os motivos que levaram a tal situação? Havia rixa antiga entre os operários?

(...), trabalhavam diversos operarios, todos amigos. Entre esses havia o de nome José Scussiati, italiano, chefe de numerosa familia, que em annos palestras referia-se sempre a infelicidade de que era victima, pois há dez annos, dizia elle, sua casa transformara-se em hospital e por ultimo tivera a esposa gravemente enferma na s. casa e o seu salario tornara-se

---

<sup>124</sup> RIO GRANDE DO SUL. Arquivo Público do RS. Processo criminal, Porto Alegre, maço 9, nº180, 1908.

insuficiente para (ilegível) as despesas que isso acarretara e tanto assim que via-se abuzado muitas vezes a trabalhar a noite quando havia serviço. Parece que esse sofrimento e o excesso de trabalho atuaram de tal forma sobre José que perdendo o uso da razão, subitamente, no dia 14 do mez p. findo as 11 ½ horas da manhã, assassinou um de seus companheiros e ferio a outros. Eis como se desenrolou essa scena de sangue: achava-se Jose, aquella hora, britando pedras quando foi chamado para ir ajudar a um outro operario a collocar leivas em um canteiro. José que era sempre prompto dèssa vez só attendeu depois de chamamento tres ou quatro vezes e indo collocar as leivas começou a trabalhar apresadamente e a dizer que não era vadio. Não demorou muito levantando a pá com que estava trabalhando descarregou um golpe no que lhe ficava ao lado direito de nome Geraldo Camelli (...).

Neste impressionante relato, que conta de forma bastante dramática os motivos pelos quais levaram este pobre italiano a cometer atos tão violentos, subjaz a qualidade de imigrante. Dirá alguém que estou generalizando. Exato: estou generalizando. No final do século XIX e meados do século XX, o Brasil estava preocupado em impor uma racionalidade que correspondesse às transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas na Europa e nos Estados Unidos. O país viu nascer uma série de valores e modelos que a elite dirigente desejava incorporar como referência para a sociedade. A grande maioria desses valores era de inspiração puritana, ascética e européia e que de alguma forma ganharam corpo nas reformas sanitárias, pedagógicas e arquitetônicas deste século.<sup>125</sup>

Esses valores foram unidos em formulações filosóficas e científicas, que procuravam ter, junto à sociedade, um efeito normatizador, moral. A palavra da hora era "civilizar-se" o mais rápido possível, de maneira que o país pudesse competir no mercado internacional. Uma importante tábua das leis do progresso residia na valorização do trabalho.

Mas escrevi e não estou referindo o essencial. O que chamo de essencial é o fato de José ser imigrante. Em uma sociedade que tentava se habituar a uma mão de obra livre e que tentava constituir formalmente um mercado de trabalho com

mecanismos que dessem conta destas novas relações que se estabeleciam, onde se impunham novos ritmos e uma nova concepção de trabalho, justo um imigrante europeu sofreria os efeitos nocivos desta passagem.

Ao longo de todo século XIX, as elites brasileiras, compostas por grandes proprietários rurais e por camadas médias de profissionais liberais, preocupavam-se cada vez mais com a propalada e pressuposta tendência à vadiagem e à imoralidade do negro e do branco pobre. Como pensar na implantação de uma ordem burguesa em um país onde aqueles que devem trabalhar não têm "amor ao trabalho"? Seria preciso um controle rigoroso do Estado sobre os trabalhadores livres, coagindo-os ao trabalho, e implementando uma "aprendizagem moral" com a finalidade de desenvolver na população pobre o "amor ao trabalho"<sup>126</sup>.

O problema da escassez de braços aptos para esta nova ordem sócio-econômica, foi sendo encaminhado para a promoção da imigração estrangeira. O ingresso maciço de imigrantes no Brasil cumpre a função de abastecer o mercado interno de mão de obra, suficiente para preencher a falta de material humano local. Além disso, os imigrantes cumprem a expectativa da elite local de contrapor ao modelo de antes a importância de trabalhadores laboriosos dispostos a exercerem suas funções da forma mais honrosa possível. Isso pode parecer estranho, trazer trabalhadores estrangeiros para que sirvam de modelo para a mão-de-obra nativa que, segundo a elite, não dispunha da capacidade de apreender as formas subjetivas que o trabalho demandava.

Volto ao processo criminal, mais precisamente aos depoimentos dos feridos e das pessoas que se achavam na ocasião no mesmo setor de José, com o objetivo de

---

<sup>125</sup> HERSCHMANN, Micael M. e PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O imaginário moderno no Brasil. In: HERSCHMANN; PEREIRA (Org.). Op. Cit, p.26-29.

<sup>126</sup> AZEVEDO. Op. cit., p. 47 explica: "não só uma vontade de exercer um melhor controle sobre a população em geral como sobretudo a necessidade de produzir a própria subjetividade do trabalho livre".

melhor esclarecer minha afirmação. Segue abaixo o depoimento realizado na delegacia de polícia:

José Carvalhada, empregado da hydraulica diz que vio José com a pá desferir golpes em todas as pessoas que encontrava em seu passagem, sem proferir palavra e sem motivo algum.

Geraldo Canelli, empregado da hydraulica, narra que estando trabalhando só, foi chamar a José, que estava britando pedras para auxiliar-lhe; que notou n'essa ocasião que José não só não lhe attendia, o que não era de seu costume, como tambem que elle estava falando só; que afinal depois de insistentes chamados José levantou a cabeça e veio (ilegível) a collocar luvas; que começou a trabalhar apressadamente e a dizer que não era vadio; que d'ahi a momentos José levantando a pá desferio um golpe no hombro de declarante e outro na cabeça de Honorino Garcia que achava-se atraz d'elles.

O depoimento de Geraldo atesta para a ânsia de trabalho dum imigrante italiano imerso num cotidiano de dificuldades sócio-econômicas. Respalado por uma ideologia que pregava a manutenção das instituições sociais, através da ordem e do progresso, inúmeros autores destacam o modo como o imigrante italiano encarava o trabalho, modo completamente diferente daquele do escravo. Referindo-se ao "colono" italiano, escreve De Boni que:

Vindo de uma existência difícil na qual tanto tivera que lutar para não perecer, e disposto a provar para si mesmo que o fracasso na Europa deveu-se a causas independentes de sua vontade, parecia-lhe quase um sonho ver que o sucesso econômico dependia agora quase só de sua disposição. Trabalhava de sol a sol e o resultado compensador de sua labuta tornava-se para ele motivo de novo entusiasmo e redobrado ardor... O trabalho tornou-se para o colono o segredo da fortuna, causa do progresso e prova de honorabilidade.<sup>127</sup>

Aí está dito tudo: o modo de pensar e agir do imigrante em geral coincide, portanto, com as expectativas dos governos que se esforçam no sentido de doutrinar

sobre o trabalho. Como se, ao cederem à curva natural de sua inclinação, os imigrantes se fizessem mais seguramente os agentes do progresso do país onde o trabalho foi deixado nas mãos dos escravos. Seria, assim, essa compreensão de si que forneceria subsídio para a elaboração de uma etnicidade calcada num *ethos* do trabalho. Essa maneira de afirmar a identidade étnica corresponde à dimensão social do fenômeno.

Apesar disso, não seria prudente ignorarmos a dimensão pessoal que é objeto de investigação por psicólogos. Como se explica a excitação nervosa do acusado, sinalizada pelo relatório médico-legal, a saber:

Relatório do Gabinete Médico-legal

O assassinato, praticado por Scussiati, reuniu em si o maior numero dos signaes estudados como próprios e característicos do crime epiletico pela psychiatria classica. Demonstremos, pela analyse do crime, que elle procedeu dum icto epilephico foi um homicidio inconsciente e impulsivo. Parecer do Hospício São Pedro: foi internado para ter um melhor análise (...), somos levados aos seguintes parecer: José Scussiati, antes de praticar o crime, apresentava phenomenos psychoastenicos e neurastenicos, acompanhados de ideias melancholicas, de ruina, ideias que até hoje conserva, (...).

Essa minha impossibilidade de proceder a uma análise do comportamento, a partir de reações externas e, sobretudo, como atividades da consciência e mesmo do inconsciente, por mais iníquo que seja, coloca ou recoloca a questão da identidade numa dimensão dual. A isto se acrescenta a interconexão das duas dimensões, de modo a tratá-las pertencentes de um mesmo e inclusivo fenômeno.<sup>128</sup>

É preciso, pois, evitar de projetar no acusado a imagem do homem como centro de decisão autônomo, autor exclusivo de seu ato, como certos

---

<sup>127</sup> DE BONNI, Luís, COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1984, p.85.

<sup>128</sup> OLIVEIRA. Op. Cit., p.4-8.

"psicologismos" se esforçam para crer.<sup>129</sup> É antes a imbricação das motivações humanas e dos condicionantes sociais e culturais, que se dá ao longo da vida: o "Eu" tentando preservar a individualidade e a "Sociedade" tentando impor seus conceitos e padrões. É basicamente, uma harmonização entre o Eu e o Mundo que a identidade é formada.

Acontece que, muitas vezes, a tensão excessiva entre essas duas dimensões pode ocasionar uma reação negativa por parte do indivíduo (agressão, apatia). Vejam, novamente, o "calvário" sentimental, social e econômico do italiano nos últimos anos: José Scussati era chefe de uma extensa família, que passava por fortes apuros financeiros em razão dos freqüentes casos de doença de seus filhos e, em especial, de sua mulher; de modo que passou a trabalhar até a exaustão para suprir as despesas domésticas.

Com efeito, a tensão entre o "eu" e o "mundo" levam José a vivenciar situações de desequilíbrio, pois, para continuar tendo o respeito e a admiração de todos, é constantemente forçado a aniquilar as dificuldades físicas e mentais. Cria-se então um abismo entre o "real" e o "ideal" – intransponível para o acusado.<sup>130</sup> Por seu ato violento e intempestivo, José traça um caminho, do qual se expressa pela recusa em aceitar o seu esgotamento físico e mental. Quando foi confrontado na fábrica, ele já havia escolhido a violência como forma de exprimir sua negação acerca da perda da sua identidade social. Repetindo inúmeras vezes – "não sou vadio" – José é em primeiro lugar aquele que resiste, não apenas com palavras, fáceis e ligeiras – com o peso de seu corpo que se expõe por inteiro, que se faz

---

<sup>129</sup> FIGUEIRA, Sérvulo. *O contexto social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981, p. 01-57.

<sup>130</sup> Nos termos de GOFFMAN, Erving. *Estigma* – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988, p.12, o estigma (leia-se defeito, fraqueza) é resultado do descompasso entre "identidade social virtual" (o caráter que a sociedade imputa ao indivíduo) e "identidade social real" (atributos que o indivíduo prova possuir).

muralha contra a perda da identidade social, e que em breve irá, em expiação do crime, ter a mutilação do eu e do social.<sup>131</sup>

Vou concluir: a alma exterior (identidade social) é, na aguda percepção de Machado de Assis, uma casca ou couraça que as pessoas criam para sobreviver na luta social (grupos étnicos). Só que algumas se prendem a elas de tal forma que eliminam sua alma interior. É o que acontece com o réu, José, que não se encontra refletido, pois está vazio. Ele se tornou apenas uma farda e, quando não encontra mais condições físicas e mentais para o trabalho, descobre-se um nada, um vazio completo.

---

<sup>131</sup> GOFFMAN, Erving. *Manicômicos, prisões e conventos*. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 1999 explica que é característico das instituições totais (manicômicos, prisões) o eu da pessoa ser padronizado, em vista do despojamento de papéis anteriores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em fins do século XIX e princípios do século XX, Porto Alegre apresentou um crescimento urbano significativo. Confluindo uma série de transformações, pelas quais passava o país, como por exemplo, a abolição da escravidão, a instalação da ordem republicana, o crescimento dos grupos médios e a imigração maciça.

A transformação dos espaços públicos, o desenvolvimento comercial, o aparecimento das primeiras fábricas, os jornais e os cafés constituíam um novo modo de vida e da mentalidade porto-alegrense, segundo padrões totalmente originais, deram à cidade ares de civilidade.

Na esteira de tais transformações nasceu uma série de valores e modelos, que os grupos dominantes desejavam incorporar como referência para a sociedade. A grande maioria desses valores era de inspiração puritana ascética, que tinha no trabalho a forma mais rápida de chegar ao progresso. Mas para isso era necessário reordenar a sociedade, com vistas a identificar os obstáculos que se antepunham ao anseio civilizador.

O modo de vida do pobre passou a ser objeto de vigilância. O povo era visto pelas elites urbanas como constituindo um perigo não só para seus projetos de construção de uma República civilizada, mas também um perigo para suas famílias.

Castilhos tratou de dar forma às atividades do Estado, baseando-se na centralização do poder político, cuja autoridade constitucional lhe dava poderes ditatoriais. Uma das essenciais atribuições do Estado castilhista é moralizar os

indivíduos, com vistas a manter a ordem necessária para a permanência das instituições republicanas.

Uma das iniciativas foi a criação em 1896 da polícia administrativa, cuja principal função era a prevenção de delitos e de transgressões, tais como desordem e embriaguez. Esta ampliação do controle social incidiu diretamente sobre uma significativa parcela da população.

Neste contexto, construíram-se estereótipos para estes indivíduos, que iam do mais velado como ocioso até o mais ofensivo como turbulento, sempre com o objetivo de classificá-lo e estigmatizá-lo perante os demais integrantes da sociedade. Isso significa tratar a criminalidade como um fenômeno social em permanente tensão, entre sujeitos e grupos sociais. As considerações apontam para a necessidade de incorporar as diferentes perspectivas dos réus, ofendidos e testemunhas, que viviam e percebiam a realidade de diferentes coordenadas. Cheguei a algumas considerações:

- No que diz respeito às sentenças atribuídas aos réus, percebi a predominância de absolvições (44%). Penso que este grande número de absolvições ateste para a dissonância entre a atividade policial, como indicador de preocupações repressivas dos grupos dominantes e do aparelho do Estado, e a agência judiciária nas suas decisões. Nesse sentido, é interessante observar que existe uma relação contraditória entre a criminalidade real, entendida no seu sentido de infração às normas do Código Penal, e a atividade policial, que extrapola em muito seu papel de prender eventuais criminosos, exercendo uma atividade de forte controle social. Com a análise pormenorizada dos processos criminais, cujo desfecho é a absolvição, percebi a predominância de crimes sexuais e de crimes de menor monta, como por exemplo a lesão corporal. Tipos delituais que exprimem, em grande medida, a intromissão do poder público

governamental, no modo de vida dos populares, reprimindo hábitos que viessem desabonar o projeto de civilizar a cidade.

- Tais crimes revelam igualmente uma cotidianidade tensa entre os impositores de uma ordem burguesa e aqueles que resistem. O reconhecimento de formas alternativas de vida familiar e sexual nos processos criminais permitiu a identificação de códigos de orientação bastante opostos aos modelos tradicionais dominantes, revelando um processo contraditório e complexo, em que a realidade é permanentemente negociada por diferentes sujeitos.
  
- O número expressivo de estrangeiros entre os réus e ofendidos sinalizou para uma diversidade de tipos étnicos na composição das camadas populares. Nesse sentido, aponte para uma quebra nas representações veiculadas pelo discurso elitista da época, que fazia claramente um contraponto dicotômico e preconceituoso entre trabalhador nacional e imigrante, representado respectivamente como vagabundo e trabalhador. Por mais que pudesse existir uma relação discriminatória entre criminalidade e população estrangeira, não foi possível verificar nos processos judiciais a referência à nacionalidade acompanhada de signos discriminatórios (letras maiúsculas, sublinhado), por parte dos operadores do sistema penal. O mesmo não pode ser dito dos populares envolvidos nas contendas; conflitos aparentemente banais eram, muitas vezes, revestidos de manifestações de cunho étnico.

## REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

### DOCUMENTOS MANUSCRITOS

RIO GRANDE DO SUL. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo Criminal, Porto Alegre, maço 178, n.º 2892, 1891.

\_\_\_\_\_. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo Criminal, Porto Alegre, maço 1, n.º 8, 1893.

\_\_\_\_\_. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo Criminal, Porto Alegre, maço 73, n.º 1797, 1893.

\_\_\_\_\_. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo Criminal, Porto Alegre, maço 74, n.º 1802, 1894.

\_\_\_\_\_. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo Criminal, Porto Alegre, maço 75, n.º 1828, 1895.

\_\_\_\_\_. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo Criminal, Porto Alegre, maço 2, n.º 39, 1898.

\_\_\_\_\_. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo Criminal, Porto Alegre, maço 3, n.º 49, 1898.

\_\_\_\_\_. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo Criminal, Porto Alegre, maço 8, n.º 175, 1908.

\_\_\_\_\_. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo Criminal, Porto Alegre, maço 9, n.º 180, 1908.

### DOCUMENTOS IMPRESSOS

ANNUÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PARA O ANNO DE 1894. Publicados sob a orientação de Graciano de Azambuja (décimo anno). Porto Alegre: Editores Gundlach e Cia., Livreiros, 1893. FEE.

RIO GRANDE DO SUL. Relatório apresentado pela Directoria de Estatística em 31 de julho de 1895. Porto Alegre: Oficinas Typograficas d'A Federação, 1896, p.151-159. Fundação de Economia e Estatística (FEE).

RIO GRANDE DO SUL. Relatório da Directoria de Estatística 1899. FEE.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.
- AREND, Silvia Maria Fávero. *Casar ou amasiar: a família popular em fins do século XIX*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- \_\_\_\_\_. Casar ou amasiar: a família popular em fins do século XIX. In: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; HAGEN, Acácia Maria Maduro (Org.). *Sobre a rua e outros lugares reiventando Porto Alegre*. Porto Alegre: Caixa Econômica Federal, 1995.
- ASSIS, Machado de. *Contos*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 1998.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do Direito Penal*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: cultura e ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.
- BAKOS, Margaret Marchiori. O continuísmo administrativo no governo municipal de Porto Alegre: 1897-1937. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, v.13, n.2, p.161-194, dez. 1987.
- \_\_\_\_\_. A habitação em Porto Alegre: problemas e projetos administrativos (1897-1937). *Cadernos de Estudo do Curso de Pós-graduação em História – UFRGS*, Porto Alegre: UFRGS, n.1, p.1-85, nov. 1998.
- \_\_\_\_\_. *Porto Alegre e seus eternos intendentess*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*; seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. 2 ed. São Paulo: UNESP, 1998.
- BECKER, Howard. S. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- BRETAS, Marcos. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- BRUM, Rosemary Fritsch. O lugar da enunciação calabresa em Porto Alegre. IN: JUNGBLUT, Airton Luiz (Org.). *Nós, calabreses*. Porto Alegre: EST, 2006.
- BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.
- CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Entre a solidariedade e a animosidade: os conflitos e as relações interétnicas populares (Santa Maria – 1885 a 1915)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.
- CHALHOUB, Sidney. *Cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da "belle époque"*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Espaço urbano e imigrantes: Porto Alegre na virada do século. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, v.23, n.1, p.149-164, jun. 1998.
- \_\_\_\_\_. *Gli Italiani nelle città; l'immigrazione italiana nelle città brasiliane*. Perugia: Guerra Edizioni, 2001.
- \_\_\_\_\_. *O italiano na sociedade porto-alegrense e permanência da identidade entre Moranese*. 1990. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

- CONSTANTINO, Núncia Santoro de; SIMÕES, Rodrigo Lemos. Diversidade e tensões: Porto Alegre no final do século XIX. *Estudos Ibero-americanos*. Porto Alegre: PUCRS, v.22, n.1, p.95-101, jun., 1996.
- CORRÊA, Marisa. *Morte em família*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- \_\_\_\_\_. Repensando a família patriarcal. In: CORRÊA, Marisa et ali. *Colcha de retalhos*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos – e outros episódios da história cultural francesa*. 5 ed. São Paulo: Graal, 2006.
- DUARTE, Luiz Fernando D. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/CNPq, 1986.
- DE BONNI, Luís (Org.). *Presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1987.
- DE BONNI, Luís; COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1984.
- DUMONT, Louis. *Homo hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: EDUSP, 1992.
- DURKHEIM, Émile. Representações individuais e representações coletivas. In: *Sociologia e Filosofia*. São Paulo: Ícone, 2004.
- ELMIR, Cláudio Pereira. Imagens da prostituição na Porto Alegre dos anos 10. O discurso d'O Independente. In: MAUCH, Claudia et ali. *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*. Porto Alegre: Ed. Universidade, 1994.
- ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ESTEVES, Marta. *Meninas perdidas. Os populares e o cotidiano do amor na belle époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo (1890-1920). São Paulo: DIFEL, 1977.

- FIGUEIRA, Sérvulo A. *O contexto social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
- FIRTH, Raymond. *Elementos de organização social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
- FONSECA, Cláudia. Pais e filhos na família popular (início do século XX). In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilho e sua época*. 4 ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Porto Alegre: guia histórico*. 2 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.
- HERSCHMANN, Micael M. A arte do operatário. Medicina, naturalismo e positivismo (1900-1937). In: HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (Org.). *A invenção do Brasil moderno; medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O imaginário moderno no Brasil. In: HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (Org.). *A invenção do Brasil moderno; medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- GANS, Magda Roswita. *Presença Teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: UFRGS/ANPUHS, 2004.
- GEA, Lúcia Segala. *O espaço da casa: arquitetura residencial da elite porto-alegrense (1893-1929)*. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.
- GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das letras, 1989.
- \_\_\_\_\_. *O queijo e os vermes; o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. 3 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

GOFFMAN, Erving. *Estigma* – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

\_\_\_\_\_. *Manicômios, prisões e conventos*. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

GONÇALVES, Mirna Ayres Issa. A população brasileira de 1872 a 1970: crescimento e composição por idade e sexo. In: *Crescimento populacional (histórico e atual) e componentes do crescimento (fecundidade e migrações)*. São Paulo: CEBRAP, 1974.

GRITTI, Isabel Rosa. *Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul – emergência do preconceito*. 2001. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

HOBBSAWN, Eric J. *Rebeldes primitivos: estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

HOBBSAWN, Eric J.; RUDÉ, George. *Capitão Swing – a expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra do início do século XIX*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *Porto Alegre: origem e crescimento*. Porto Alegre: Sulina, 1968.

MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: GRAFOSUL e IEL, 1975.

MAUCH, Claudia. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

\_\_\_\_\_. Saneamento moral em Porto Alegre na década de 1890. In: MAUCH, Claudia et al. *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1994.

MAUSS, Marcel. *Sociologie et Anthropologie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.

- MONGRUEL, Ângela de Quadros. Criminalidade: um problema socialmente construído. In: ANDRADE, Vera Regina Pereira de (Org.). *Verso e Reverso do controle penal: (des)aprisionando a Sociedade da Cultura Punitiva*. Florianópolis: Fundação BOITEUX, vol. 2, 2002.
- MONSMA, Karl; TRUZZI, Oswaldo; CONCEIÇÃO, Silvano da. Solidariedade étnica, poder local e banditismo: uma quadrilha calabresa no Oeste Paulista, 1895-1898. *Revista Brasileira de Ciência Social*, vol.18, n.53, São Paulo, set., 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br>. Acesso em: 14/05/2006.
- MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: urbanização e modernidade. A construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPCRS, 1995.
- MONTEIRO, Rejane Penna. *A nova polícia. Guarda Civil em Porto Alegre (1929-1938)*. 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1991.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre (1868-1888)*. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 1993.
- MORETTI, Franco. *Atlas do romance europeu 1800-1900*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, Clovis Silveira de. *Porto Alegre: a cidade e sua formação*. Porto Alegre: Metrópole, 1993.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- OSPITAL, Maria Silva; CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Construção da identidade e associações italianas: La Plata e Porto Alegre (1880-1920). *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, v.25, n.2, p.131-146, dez. 1999.
- PERROT, Michelle. Figura e papéis. In: PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia das letras, 1994, vol.4.
- PESAVENTO, Sandra J.; SOUZA, Célia Ferraz de. *O espetáculo da rua*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.
- PESAVENTO, Sandra J. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (1889-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

- \_\_\_\_\_. Crime, violência e sociabilidades urbanas: as fronteiras da ordem e da desordem no sul brasileiro no final do séc. XIX. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, v.30, n.2, p.27-37, dez. 2004.
- \_\_\_\_\_. *Emergência dos subalternos*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1989.
- \_\_\_\_\_. *O cotidiano urbano da República*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1990.
- \_\_\_\_\_. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano (Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre)*. 2 ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Os pobres da cidade (vida e trabalho – 1890-1920)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Nacional, 2001.
- PINTO, Céli Regina J. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914)*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar; a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930)*. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade; seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*. 2 ed. São Paulo: UNESP, 1998.
- RIO GRANDE DO SUL. FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. De Província de São Pedro do Estado do Rio Grande do Sul. *Censos do RS: 1803-1950*. Porto Alegre, 1981.
- ROCHE, Jean. *Colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969, v.2.
- RODRIGUES, Ricardo Vélez. *Castilhismo, uma filosofia da República*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.
- RUDÉ, George. *A multidão na história – estudos dos movimentos populares na França e na Inglaterra (1730-1848)*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

- SAHLINS, Marschall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão; tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- SIMÕES, Rodrigo Lemos. *Porto Alegre 1890-1920: resistência popular e controle social*. 1999. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Nacional, 1977.
- SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia (Org.). *Os alemães no sul do Brasil*. Canoas: Ed. Ulbra, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: UnB, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: FCC EDIÇÕES, 1982.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Lisboa: Piaget, 1994.
- VELHO, Gilberto (Org.). *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da Sociedade Contemporânea*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Projeto e metamorfose: antropologia das Sociedades Complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.